

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Edital 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	03/06/2026 13:04 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	12/2026	11597.000111/2026-17

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR: 170106

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo comum, por meio de Registro de preços, a serem fornecidos sob demanda, conforme necessidade da Administração, observadas as condições, quantidades estimadas e especificações técnicas definidas no Termo de Referência e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 233.614,41 (Duzentos e trinta e três mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta e um centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 23/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA: aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: NÃO



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026.

Processo Administrativo nº11597.000111/2026-17

Torna-se público que a Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado do Mato Grosso do Sul - MGI-SRA-MS - UASG 170106, por meio do setor de Planejamento e Licitação, sediado à Rua Pimenta Bueno, nº 139, Bairro Amambaí, Campo Grande/MS, CEP: 79.005-020, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de consumo comum, por meio de Registro de preços, a serem fornecidos sob demanda, conforme necessidade da Administração, observadas as condições, quantidades estimadas e especificações técnicas definidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12. pessoas físicas.

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 e 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total

6.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100% (cem por cento).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.1. empresas brasileiras;

7.19.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1 Tratando-se de licitação por grupo, a contratação de item isolado deverá ser precedida de análise de vantajosidade para a Administração, podendo ser realizada pesquisa de mercado quando necessário, devendo ser observados, como critério de aceitabilidade, os preços unitários máximos estabelecidos no Termo de Referência, vedada a contratação por valor superior ao estimado.

7.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. conter vícios insanáveis;

8.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.5.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. O pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.12. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico nos termos definidos pela Administração.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico epcon.sra.ms@gestao.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) *dias* úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: epcon.sra.ms@gestao.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: epcon.sra.ms@gestao.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo 1 EL - Termo de referência
 - Anexo 1 TR - Estudo técnico Preliminar
 - Anexo 2 TR - Caderno de Especificações Técnica
- Anexo 2 EL - Modelo de proposta ajustada;
- Anexo 3 EL - Modelo de Declaração de elaboração independente;
- Anexo 4 EL - Modelo de Declaração de não vínculo familiar;
- Anexo 5 EL - Modelo de Declaração de ME/EPP;
- Anexo 6 EL - Modelo de Declaração de ciência das condições;
- Anexo 7 EL - Minuta do Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
- Anexo 8 EL - Minuta da Ata de Registro de Preços

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO BENICIO DOS SANTOS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 13:04:27.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG 2/2026 170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS Editado por JORGE YABUSAME Atualizado em 02/06/2026 12:22 (v 0.6)

Status ASSINADO

Outras informações

Categoria II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo Número da Contratação 12/2026 Processo Administrativo 11597.000111/2026-17

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo comum, por meio de Registro de preços, a serem fornecidos sob demanda, conforme necessidade da Administração, observadas as condições, quantidades estimadas e especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e seus anexos.

GRUPO 1 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SRA/MS						
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul						
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
1	407523	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	50	R\$ 6,46	R\$ 323,00
2	249803	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	260	R\$ 9,00	R\$ 2.340,00
Total estimado Grupo 1: R\$ 2.663,00 (dois mil, seiscentos e sessenta e três reais)						R\$ 2.663,00

GRUPO 2 - COPA E COZINHA - SRA/MS						
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul						
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
3	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	6	R\$ 19,70	R\$ 118,20
4	294602	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 40 x 30 cm.	Unidade	5	R\$ 47,87	R\$ 239,35

5	440719	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	24	R\$ 12,72	R\$ 305,28
6	465662	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5	R\$ 33,91	R\$ 169,55
7	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	40	R\$ 129,00	R\$ 5.160,00
8	242731	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	R\$ 109,00	R\$ 218,00
9	402921	Garrafão para água mineral, confeccionado em plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	50	R\$ 19,66	R\$ 983,00
10	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30	R\$ 3,51	R\$ 105,30
11	224607	Peneira de cozinha para chá, diâmetro aproximado de 12 cm.	Unidade	5	R\$ 4,69	R\$ 23,45
12	610190	Porta-copo em PVC emborrachado, cor preta, diâmetro total aproximado de 120 mm e base de 90 mm.	Unidade	100	R\$ 7,30	R\$ 730,00
13	376292	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	6	R\$ 8,95	R\$ 53,70
14	443879	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	6	R\$ 12,65	R\$ 75,90
15	219016	Garfo de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável.	Unidade	30	R\$ 2,45	R\$ 73,50
16	219008	Faca de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável	Unidade	30	R\$ 2,88	R\$ 86,40
17	286844	Toalha de mesa plástica, 1,40 x 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	12	R\$ 49,75	R\$ 597,00
18	465790	Toalha de mesa em tecido Oxford, dimensões aproximadas de 1,10 m x 2,10 m.	Unidade	6	R\$ 26,75	R\$ 160,50
Total estimado Grupo 2: R\$ 9.099,13 (nove mil e noventa e nove reais e treze centavos)						R\$ 9.099,13

GRUPO 3 - MATERIAIS DE LIMPEZA - SRA/MS Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
19	310507	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	20	R\$ 6,55	R\$ 131,00

20	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	200	R\$ 1,70	R\$ 340,00
21	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	40	R\$ 2,26	R\$ 90,40
22	225902	Esponja de lã de aço para limpeza doméstica, abrasividade mínima.	Pacote Com 8	20	R\$ 1,60	R\$ 32,00
23	420506	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 x 30 cm.	Unidade	30	R\$ 1,85	R\$ 55,50
24	455060	Hipoclorito de sódio em comprimido efervescente, concentração de 31,75%.	Unidade	50	R\$ 9,24	R\$ 462,00
25	627261	Produto limpa-pedra para limpeza de superfícies.	Galão 5 litros	5	R\$ 19,10	R\$ 95,50
26	440825	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade aproximada de 50 L.	Unidade	5	R\$ 90,00	R\$ 450,00
27	445141	Passadeira antiderrapante emborrachada, comprimento aproximado de 2,30 m.	Unidade	3	R\$ 200,00	R\$ 600,00
28	445141	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura aproximada de 2,30 m.	Unidade	3	R\$ 200,00	R\$ 600,00
29	260095	Porta-sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	2	R\$ 13,75	R\$ 27,50
30	232371	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	6	R\$ 41,00	R\$ 246,00
31	343902	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 30 cm.	Unidade	6	R\$ 6,90	R\$ 41,40
32	298406	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Unidade	100	R\$ 2,55	R\$ 255,00
33	438600	Vassoura de pelo sintético, cepa de 60 cm, com cabo de aproximadamente 1,50 m.	Unidade	6	R\$ 17,00	R\$ 102,00
Total estimado Grupo 3: R\$ 3.528,30 (três mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta centavos)						R\$ 3.528,30

GRUPO 4 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRA/MS Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
34	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	20	R\$ 39,03	R\$ 780,60
35	354947	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	10	R\$ 67,01	R\$ 670,10
36	614454	Lâmpada led. Tensão nominal: bivolt v. Potência nominal: 18 w. Tipo base: e-27. Cor: branca. Aplicação: para uso em geral. Temperatura de cor: 600 k. Frequência nominal: 50/60 hz (para área interna).	Unidade	50	R\$ 7,42	R\$ 371,00
37	614455	Lâmpada LED, base E27, potência de 30 W, bivolt, luz branca, temperatura de cor de 6.000 K, frequência de 50/60 Hz, para uso geral e área externa.	Unidade	30	R\$ 8,21	R\$ 246,30
38	624051	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 24 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 30 x 30 cm.	Unidade	10	R\$ 27,05	R\$ 270,50
39	622837	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 30 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 40 x 40 cm.	Unidade	10	R\$ 56,09	R\$ 560,90
40	607945	Refletor LED RGB, potência de 100 W, grau de proteção IP67, para uso externo, com controle remoto.	Unidade	10	R\$ 81,86	R\$ 818,60

41	633424	Refletor LED branco, potência de 100 W, grau de proteção IP67, tipo holofote.	Unidade	10	R\$ 73,14	R\$ 731,40
Total estimado Grupo 4: R\$ 4.449,40 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos)						R\$ 4.449,40

GRUPO 5 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
42	407523	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	40	R\$ 6,46	R\$ 258,40
43	243962	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com bico dosador.	frasco 100 ml.	10	R\$ 4,55	R\$ 45,50
44	249803	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	220	R\$ 9,00	R\$ 1.980,00
45	327685	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 uni.	20	R\$ 5,85	R\$ 117,00
Total estimado Grupo 5: R\$ 2.400,90 (dois mil e quatrocentos reais e noventa centavos)						R\$ 2.400,90

GRUPO 6 - COPA E COZINHA - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
46	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	10	R\$ 19,70	R\$ 197,00
47	453730	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	1	R\$ 73,00	R\$ 73,00
48	230563	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiriço, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	10	R\$ 0,83	R\$ 8,30
49	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	30	R\$ 129,00	R\$ 3.870,00
50	419309	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 un.	100	R\$ 2,05	R\$ 205,00
51	419317	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	40	R\$ 4,88	R\$ 195,20
52	246535	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5	R\$ 41,00	R\$ 205,00

53	308953	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5	R\$ 64,25	R\$ 321,25
54	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	5	R\$ 27,00	R\$ 135,00
55	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30	R\$ 3,51	R\$ 105,30
56	220097	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	20	R\$ 9,80	R\$ 196,00
Total estimado Grupo 6: R\$ 5.511,05 (cinco mil, quinhentos e onze reais e cinco centavos)						R\$ 5.511,05

GRUPO 7 - MATERIAIS DE LIMPEZA - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
57	277541	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	100	R\$ 6,47	R\$ 647,00
58	321573	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	5	R\$ 13,80	R\$ 69,00
59	361502	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	5	R\$ 28,22	R\$ 141,10
60	234431	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00
61	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	100	R\$ 1,70	R\$ 170,00
62	419326	Espuma de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	12	R\$ 2,26	R\$ 27,12
63	420506	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 x 30 cm.	Unidade	30	R\$ 1,85	R\$ 55,50
64	378076	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	5	R\$ 234,45	R\$ 1.172,25
65	396308	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 x 50 cm.	Unidade	10	R\$ 2,79	R\$ 27,90
66	445141	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura	Unidade	3	R\$ 200,00	R\$ 600,00
67	391281	Inseticida aerossol à base de permetrina e imiprotrina, nas concentrações de 0,069% e 0,015%.	Frasco 300 ML	40	R\$ 10,00	R\$ 400,00
68	260095	Porta-sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	2	R\$ 13,75	R\$ 27,50
69	226094	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 100 L, cor preta.	Pacote 25 un.	100	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
70	226092	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 30 L, cor preta.	Pacote 100 un.	100	R\$ 10,14	R\$ 1.014,00
71	394459	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 50 L, cor preta.	Pacote 100 um.	100	R\$ 14,45	R\$ 1.445,00
72	454030	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	40	R\$ 2,60	R\$ 104,00
Total estimado Grupo 7: R\$ 7.840,37 (sete mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e sete centavos)						R\$ 7.840,37

GRUPO 8 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
73	386071	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	5	R\$ 5,00	R\$ 25,00
74	382273	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5	R\$ 5,59	R\$ 27,95
75	395738	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5	R\$ 5,45	R\$ 27,25
76	407480	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5	R\$ 38,50	R\$ 192,50
77	232306	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	5	R\$ 26,00	R\$ 130,00
78	431797	Lâmpada LED tubular, base E27, potência de 12 W, bivolt, luz branca fria, para uso interno.	Unidade	10	R\$ 3,96	R\$ 39,60
79	437691	Lâmpada LED compacta, base E27, potência de 12 W, bivolt, temperatura de cor de 6.400 K.	Unidade	10	R\$ 3,25	R\$ 32,50
80	439278	Lâmpada LED de alta potência, base E27, potência de 50 W, bivolt, fluxo luminoso de aproximadamente 4.500 lm.	Unidade	10	R\$ 14,94	R\$ 149,40
81	446068	Luminária pública LED, corpo em alumínio injetado de alta pressão, potência de 40 W, bivolt, luz branca fria.	Unidade	5	R\$ 66,00	R\$ 330,00
Total estimado Grupo 8: R\$ 954,20 (novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos)						R\$ 954,20

GRUPO 9 - MATERIAIS DIVERSOS - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
82	372764	Chaveiro em PVC, formato quadrado, dimensões aproximadas de 3,5 x 4 cm, cores sortidas, com argola niquelada, para identificação de chaves.	Unidade	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
83	324299	Descanso para pés, estrutura em madeira, dimensões aproximadas de 48 x 30 cm, com inclinação para frente e para trás.	Unidade	10	R\$ 40,75	R\$ 407,50
Total estimado Grupo 9: R\$ 607,50 (seiscentos e sete reais e cinquenta centavos)						R\$ 607,50

GRUPO 10 - COPA E COZINHA - SRTE/MS

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul

Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
84	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	15	R\$ 19,69	R\$ 295,35
85	453730	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47	Unidade	10	R\$ 73,00	R\$ 730,00
86	259417	Caneca, material alumínio, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3	R\$ 50,89	R\$ 152,67
87	440719	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	100	R\$ 12,72	R\$ 1.272,00
88	465662	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3	R\$ 33,91	R\$ 101,73
89	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	60	R\$ 129,00	R\$ 7.740,00
90	419309	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	500	R\$ 2,05	R\$ 1.025,00
91	419317	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	20	R\$ 4,88	R\$ 97,60
92	242731	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3	R\$ 109,00	R\$ 327,00
93	240329	Faca de mesa, com lâmina confeccionada em aço inoxidável e cabo igualmente em aço inoxidável, corpo inteiriço, resistente à corrosão, acabamento adequado para uso alimentar, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	R\$ 2,54	R\$ 5,08
94	308953	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de	Unidade	20	R\$ 64,25	R\$ 1.284,90

		bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e				
95	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	5	R\$ 27,00	R\$ 135,00
96	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30	R\$ 3,50	R\$ 105,00
97	347753	Porta-copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	20	R\$ 4,99	R\$ 99,80
98	376292	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	4	R\$ 8,94	R\$ 35,76
99	443879	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	4	R\$ 12,64	R\$ 50,56
100	355929	Suporte dispensador para copos descartáveis de 200 ml, em plástico, com sistema poupa-copo, capacidade para até 100 copos, cor branca, dimensões aproximadas de 50 × 19 × 16 cm.	Unidade	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
101	286844	Toalha de mesa plástica, 1,40 × 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	3	R\$ 9,80	R\$ 29,40
102	450227	Toalha de mesa em tecido Oxford, formato retangular, cor branca, dimensões aproximadas de 1,50 m × 4,0 m.	Unidade	3	R\$ 28,00	R\$ 84,00
103	220126	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	24	R\$ 17,00	R\$ 408,00
Total estimado Grupo 10: R\$ 15.993,85 (quinze mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos)						R\$ 14.778,85

GRUPO 11 - MATERIAIS DE LIMPEZA - SRTE/MS Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
104	310507	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	10	R\$ 6,54	R\$ 65,40
105	380018	Álcool etílico 70% (v/v), em gel, com emoliente.	Frasco 500 ml	100	R\$ 5,39	R\$ 539,00
106	277541	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	120	R\$ 6,48	R\$ 777,60
107	470452	Balde em aço inoxidável, formato cilíndrico, com alça metálica, capacidade aproximada de 25 L.	Unidade	3	R\$ 110,40	R\$ 331,20
108	321573	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	3	R\$ 13,80	R\$ 41,40
109	361502	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	30	R\$ 28,21	R\$ 846,30
110	234431	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	20	R\$ 8,00	R\$ 160,00
111	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	200	R\$ 1,70	R\$ 340,00
112	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	150	R\$ 2,25	R\$ 337,50
113	240448	Flanela em algodão, cor amarela, dimensões aproximadas de 40 x 60 cm.	Unidade	24	R\$ 2,35	R\$ 56,40
114	440825	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade aproximada de 50 L.	Unidade	20	R\$ 90,00	R\$ 1.800,00
115	378076	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	2	R\$ 234,44	R\$ 468,88
116	396308	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 x 50 cm.	Unidade	60	R\$ 2,80	R\$ 168,00
117	287791	Pasta de alumínio para limpeza e polimento de utensílios de copa e cozinha.	Pote 500g	10	R\$ 7,00	R\$ 70,00
118	260095	Porta-sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	5	R\$ 13,75	R\$ 68,75
119	232371	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	3	R\$ 41,00	R\$ 123,00
120	343902	Rodo para pia em material sintético, largura apr	Unidade	3	R\$ 6,90	R\$ 20,70
121	298406	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Barra 200g	150	R\$ 2,55	R\$ 382,50
122	324827	Sabão em pó para limpeza geral, biodegradável.	Caixa 1 kg	50	R\$ 5,42	R\$ 271,00
123	454030	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	50	R\$ 2,60	R\$ 130,00
Total estimado Grupo 11: R\$ 6.670,69 (seis mil, seiscentos e setenta reais e sessenta e nove centavos)						R\$ 6.997,63
GRUPO 12- MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRTE/MS Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
124	232306	Adaptador de tomada tipo T, conversão de plugue tripolar para bipolar.	Unidade	100	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00
125	386071	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	30	R\$ 5,00	R\$ 150,00

126	382273	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	30	R\$ 5,69	R\$ 170,70
127	395738	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	30	R\$ 5,45	R\$ 163,50
128	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	50	R\$ 39,03	R\$ 1.951,50
129	375963	Conector RJ45 macho, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	30	R\$ 1,43	R\$ 42,90
130	469535	Conector RJ45 fêmea, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	30	R\$ 7,29	R\$ 218,70
131	407480	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	20	R\$ 38,50	R\$ 770,00
132	232306	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	100	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00
133	421483	Plugue macho, 2P+T, 10 A, pinos cilíndricos, corpo em plástico, cor cinza, para extensão elétrica.	Unidade	30	R\$ 3,72	R\$ 111,60
Total estimado Grupo 12: R\$ 8.778,90 (oito mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa centavos)						R\$ 8.778,90

GRUPO 13 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SPU/MS Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
134	407523	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	4	R\$ 6,47	R\$ 25,88
135	243962	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com bico dosador.	frasco 100 ml.	4	R\$ 4,55	R\$ 18,20
136	249803	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
137	327685	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 un.	100	R\$ 5,85	R\$ 585,00
138	463998	Açúcar refinado branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega.	embalagem 1kg	15	R\$ 4,20	R\$ 63,00
Total estimado Grupo 13: R\$ 1.142,08 (mil cento e quarenta e dois reais e oito centavos)						R\$ 1.142,08

GRUPO 14 - COPA E COZINHA - SPU/MS Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
139	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	4	R\$ 19,70	R\$ 78,80
140	453730	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	4	R\$ 73,00	R\$ 292,00
		Caneca, material alumínio, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura				

141	259417	aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	R\$ 50,89	R\$ 101,78
142	440719	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	10	R\$ 12,73	R\$ 127,30
143	230563	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiriço, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	12	R\$ 0,83	R\$ 9,96
144	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	20	R\$ 129,00	R\$ 2.580,00
145	419309	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	500	R\$ 2,05	R\$ 1.025,00
146	242731	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	R\$ 109,00	R\$ 218,00
147	279329	Fósforo comum, corpo confeccionado em madeira, tipo curto, acondicionado em pacote contendo 10 (dez) caixinhas, indicado para uso geral em atividades de copa e cozinha.	Pacote com 10	2	R\$ 3,31	R\$ 6,62
148	246535	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	R\$ 41,00	R\$ 82,00
149	308953	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	8	R\$ 64,25	R\$ 514,00
150	402921	Garrafão para água mineral, confeccionado em plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	6	R\$ 19,66	R\$ 117,96
151	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	2	R\$ 27,00	R\$ 54,00
152	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	6	R\$ 3,51	R\$ 21,06
153	347753	Porta-copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	12	R\$ 4,98	R\$ 59,76

154	376292		Unidade	2	R\$ 8,94	R\$ 17,88
155	443879	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	3	R\$ 12,65	R\$ 37,95
156	220097	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
157	220126	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	6	R\$ 16,09	R\$ 96,54
Total estimado Grupo 14: R\$ 5.499,41 (cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos)						R\$ 5.499,41

GRUPO 15 - BANDEIRAS - SPU/MS Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
158	320740	Bandeira do Estado do Mato Grosso do Sul, em tergal, 160 × 112 cm, conforme projeto oficial, com ilhoses e brasão bordado.	Unidade	3	R\$ 145,00	R\$ 435,00
159	487212	Bandeira nacional do Brasil, em náilon, 4 panos, dupla face, 256 × 180 cm.	Unidade	3	R\$ 194,00	R\$ 582,00
160	224464	Bandeira do Município de Campo Grande – MS, em tergal, dimensões aproximadas de 128 × 90 cm, 2 panos, conforme projeto oficial, estampa digital dupla face, gramatura mínima de 170 g/m².	Unidade	3	R\$ 69,75	R\$ 209,25
161	271195	Kit suporte para bandeiras, base em madeira revestida em laminado na cor mogno, com acabamento em canopla cromada, acompanhado de 3 mastros de 2,20 m, com encaixe para mastro de 28 mm, indicado para bandeiras de 0,90 × 1,28 m e 1,12 × 1,60 m, dimensões da base de 24 × 15 × 46 cm.	Unidade	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Total estimado Grupo 15: R\$ 1.426,25 (mil quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos)						R\$ 1.426,25

GRUPO 16 - MATERIAIS DIVERSOS - SPU/MS Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
162	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	4	R\$ 39,03	R\$ 156,12
163	484541	Trena 50 metros	Unidade	2	R\$ 46,88	R\$ 93,76
164	393216	Trena 5 metros	Unidade	2	R\$ 11,65	R\$ 23,30
165	452373	Facão e bainha para mato 18 polegadas	Unidade	3	R\$ 27,26	R\$ 81,78
166	477889	Capa de chuva amarelo com capuz em PVC	Unidade	8	R\$ 18,60	R\$ 148,80
167	432757	Guarda-chuva de cabo longo	Unidade	8	R\$ 49,60	R\$ 396,80
168	617113	Jogo de Ferramentas Titanium 5456 com 200 Peças e Maleta	Unidade	1	R\$ 359,50	R\$ 359,50
Total estimado Grupo 16: R\$ 1.260,06 (mil duzentos e sessenta reais e seis centavos)						R\$ 1.260,06

GRUPO 17 - COPA E COZINHA - PFN/MS Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
169	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	15	R\$ 129,00	R\$ 1.935,00
		Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,1 (um vírgula um) litro, com ampola interna em vidro				

170	385399	ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	R\$ 65,75	R\$ 131,50
171	468441	Garrafa térmica, capacidade nominal de 2,5 (dois vírgula cinco) litros, com ampola interna em vidro ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	4	R\$ 134,00	R\$ 536,00
172	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	2	R\$ 27,00	R\$ 54,00
173	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	12	R\$ 3,51	R\$ 42,12
Total estimado Grupo 17: R\$ 2.698,62 (dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos)						R\$ 2.698,62

GRUPO 18 - MATERIAIS DE LIMPEZA - PFN/MS						
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul						
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
174	310507	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	4	R\$ 6,55	R\$ 26,20
175	234431	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	10	R\$ 8,00	R\$ 80,00
176	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	50	R\$ 1,70	R\$ 85,00
177	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	10	R\$ 2,26	R\$ 22,60
178	343902	Rodo para pia em material sintético, largura apr	Unidade	4	R\$ 6,90	R\$ 27,60
Total estimado Grupo 18: R\$ 241,40 (duzentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)						R\$ 241,40

GRUPO 19 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - PFN/MS						
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul						
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
179	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	10	R\$ 39,03	R\$ 390,30
180	295662	Conector RJ45 macho, categoria 5e, para cabo de rede.	Unidade	30	R\$ 1,02	R\$ 30,60
181	232306	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	10	R\$ 26,00	R\$ 260,00
182	354947	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	6	R\$ 67,01	R\$ 402,06
183	437542	Lâmpada LED tubular T8, comprimento de 1.200 mm, potência de 18 W, bivolt, fluxo luminoso mínimo de 1.500 lm, temperatura de cor mínima de 6.000 K, fator de potência superior a 0,92.	Unidade	100	R\$ 7,78	R\$ 778,00
Total estimado Grupo 19: R\$ 1.860,96 (mil oitocentos e sessenta reais e noventa e seis centavos)						R\$ 1.860,96

GRUPO 20 - CAFÉ (CAMPO GRANDE)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
		Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações,				

184	463589	<p>pilão ou melhor qualidade.</p> <p>Validade mínima de 10 meses da data de entrega.</p> <p>Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS</p> <p>Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020</p> <p>Bairro Amambaí - Campo Grande MS</p>	Embalagem 500g	300	R\$ 27,00	R\$ 8.100,00
185	463589	<p>Café, torrado, moído, pó, a vácuo.</p> <p>Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade.</p> <p>Validade mínima de 10 meses da data de entrega.</p> <p>Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS</p> <p>Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020</p> <p>Bairro Amambaí - Campo Grande MS</p>	Embalagem 500g	600	R\$ 27,00	R\$ 16.200,00
186	463589	<p>Café, torrado, moído, pó, a vácuo.</p> <p>Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade.</p> <p>Validade mínima de 10 meses da data de entrega.</p> <p>Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS</p> <p>Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS</p>	Embalagem 500g	1000	R\$ 27,00	R\$ 27.000,00
187	463589	<p>Café, torrado, moído, pó, a vácuo.</p> <p>Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade.</p> <p>Validade mínima de 10 meses da data de entrega.</p> <p>Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS</p> <p>Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS</p>	Embalagem 500g	350	R\$ 27,00	R\$ 9.450,00
188	463589	<p>Café, torrado, moído, pó, a vácuo.</p> <p>Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade.</p> <p>Validade mínima de 10 meses da data de entrega.</p> <p>Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS</p> <p>Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS</p>	Embalagem 500g	150	R\$ 27,00	R\$ 4.050,00
Total estimado Grupo 20: R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais)						R\$ 64.800,00
GRUPO 21 - AÇÚCAR (CAMPO GRANDE)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
189	463989	<p>Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano.</p> <p>Validade mínima de 12 meses da data de entrega.</p> <p>Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS</p> <p>Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020</p> <p>Bairro Amambaí - Campo Grande MS</p>	Embalagem 2 kg	100	R\$ 4,04	R\$ 404,00

190	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Embalagem 2 kg	400	R\$ 4,04	R\$ 1.616,00
191	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 2 kg	600	R\$ 4,04	R\$ 2.424,00
192	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	Embalagem 2 kg	150	R\$ 4,04	R\$ 606,00
Total estimado Grupo 21: R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais)						R\$ 5.050,00

GRUPO 22 - ÁGUA (CAMPO GRANDE)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
193	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de MS - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Garrafão 20 litros	200	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00
194	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Agência Brasileira de Inteligência no Estado do	Garrafão 20 litros	240	R\$ 20,00	R\$ 4.800,00

		Mato Grosso do Sul - ABINS/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS				
195	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Garrafão 20 litros	2000	R\$ 20,00	R\$ 40.000,00
196	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	Garrafão 20 litros	250	R\$ 20,00	R\$ 5.000,00
197	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS	Garrafão 20 litros	400	R\$ 20,00	R\$ 8.000,00
Total estimado Grupo 22: R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil e oitocentos reais)						R\$ 61.800,00

GRUPO 23 - ÁGUA (DOURADOS)

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
		Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico				

198	445485	Consumo humano, envasada em garrao plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	Garraão 20 litros	400	R\$ 20,00	R\$ 8.000,00
Total estimado Grupo 23: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)						R\$ 8.000,00

GRUPO 24 - GÁS (CAMPO GRANDE)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
199	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	12	R\$ 179,80	R\$ 2.157,60
200	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	15	R\$ 179,80	R\$ 2.697,00
201	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul - ABINS/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	3	R\$ 179,80	R\$ 539,40
202	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	13 Kg	20	R\$ 179,80	R\$ 3.596,00
203	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	13 Kg	12	R\$ 179,80	R\$ 2.157,60
204	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS	13 Kg	1	R\$ 179,80	R\$ 179,80
Total estimado Grupo 24: R\$ 11.327,40 (onze mil, trezentos e vinte e sete reais e quarenta centavos)						R\$ 11.327,40

GRUPO 25 - GÁS (DOURADOS)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL

ITEM	CAT/MAI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
205	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	13 Kg	5	R\$ 179,80	R\$ 899,00
Total estimado Grupo 25: R\$ 899,00 (oitocentos e noventa e nove reais)						R\$ 899,00

Valor Total estimado da aquisição é de **R\$ 233.614,41 (Duzentos e trinta e três mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta e um centavos).**

1.1.1. As estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e dos órgãos e entidades participantes estão detalhadas no item 12 do Caderno de Especificações – CE (Anexo 2) deste Termo de Referência.

1.2. O critério de julgamento da licitação será o de menor preço por grupo, observadas as especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.2.1. Embora o critério de julgamento da licitação seja o de menor preço por grupo, nenhum item poderá apresentar preço unitário superior ao valor unitário estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta quanto ao respectivo grupo

1.3. O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência do **Contrato** será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada, a cada prorrogação, a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições inicialmente pactuadas.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar no item 4.6.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico (seção 2) dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo 1 deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, sob nº de Contratação: 170106-12 /2026 conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (Seção 6), Anexo I deste Termo de Referência.

3.2. A modelagem da contratação foi estruturada com a consolidação dos itens em procedimento único, organizados em grupos distintos, formados com base em critérios de similaridade, afinidade material e compatibilidade com os segmentos de mercado fornecedores, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar, especialmente na Seção 6 (Descrição da solução como um todo) e na Seção 9 (Justificativa para o parcelamento).

3.3. A adjudicação será realizada por grupo, sendo facultada a participação dos licitantes em um ou mais grupos, não havendo obrigatoriedade de cotação para o conjunto integral do objeto.

3.4. Os grupos são autônomos e independentes entre si, inexistindo interdependência técnica ou operacional que exija a execução conjunta por um único fornecedor, sendo possível a execução contratual por diferentes fornecedores, conforme a especialização de mercado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser observados, quando aplicáveis e de forma proporcional à natureza dos materiais de consumo, os requisitos de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os critérios específicos de sustentabilidade aplicáveis aos materiais de consumo, incluindo, quando for o caso, a adoção de logística reversa, encontram-se definidos no item 8 do Caderno de Especificações – CE, que integra o Anexo 2 deste Termo de Referência, devendo ser observados pela contratada nos itens em que houver indicação expressa.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos, devendo as especificações técnicas dos materiais de consumo observar características funcionais, de desempenho e qualidade, conforme definido no Caderno de Especificações – CE.

Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida a apresentação de amostras para fins de julgamento das propostas, tendo em vista que os materiais de consumo objeto da contratação possuem especificações técnicas objetivas e padronizadas, definidas no Caderno de Especificações – CE, sendo a verificação da conformidade realizada no momento do recebimento do objeto.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, uma vez que a responsabilidade pela execução do fornecimento dos materiais de consumo é integralmente do licitante vencedor, nos termos da legislação aplicável, sendo suficientes as condições de habilitação, as especificações técnicas definidas no Caderno de Especificações – CE e as regras de recebimento previstas neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (item 4.8).

4.7. Dos limites da fiscalização e da vedação de ingerência

4.7.1. A atuação da Administração na fiscalização da execução contratual limitar-se-á à verificação do cumprimento das obrigações pactuadas, não implicando subordinação dos empregados da contratada nem ingerência em sua gestão interna.

4.7.2. É vedada à Administração a imposição de rotinas, métodos ou processos internos de trabalho da contratada, ressalvadas as exigências estritamente necessárias ao cumprimento do objeto e das normas legais e contratuais.

4.7.3. A contratada é responsável pela organização de seus meios, pessoal e processos, cabendo-lhe definir a forma de execução necessária ao atendimento das obrigações assumidas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, por demanda, sendo que cada Nota de Empenho corresponderá a uma remessa única, sem obrigação de fornecimento integral dos quantitativos estimados.

5.2. O fornecimento dos itens observará a estruturação por grupos independentes, não havendo obrigação de fornecimento simultâneo ou integrado entre grupos distintos, devendo cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços respeitar os limites e condições específicas do grupo adjudicado.

5.3. O fornecimento dos itens será realizado de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, observando-se a estruturação por grupos independentes, não havendo obrigação de fornecimento simultâneo ou integrado entre grupos distintos.

5.4. Cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços estará vinculada ao grupo adjudicado ao fornecedor, sendo vedada a exigência de fornecimento de itens pertencentes a outros grupos.

5.5. O pagamento será realizado com base nos itens efetivamente fornecidos, conforme os preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços, não implicando o valor global estimado do grupo em obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos endereços constantes na tabela disposta no item 13 do Caderno de especificações.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. Os materiais fornecidos deverão observar a garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de eventual garantia contratual ou do fabricante, quando houver

5.6. Do reajuste de preços

5.6.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO da contratação;

5.6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços poderão ser reajustados, independentemente de solicitação do fornecedor, mediante aplicação do índice IPCA, adotando-se como data-base a data do orçamento estimado.

5.6.3. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.6.4. O reajuste será formalizado por apostilamento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A relação contratual decorrente do presente procedimento será formalizada por meio de NOTA DE EMPENHO, a qual substitui o termo de contrato, constituindo instrumento contratual válido, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, vinculando as partes às obrigações assumidas e às condições previstas no edital, no Termo de Referência e na proposta da contratada, sendo aplicáveis as consequências legais em caso de inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 7% (sete por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no

prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/01/2026

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto não implica obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados, devendo ocorrer de forma parcelada e sob demanda, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, observado o prazo de entrega definido neste Termo de Referência.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será o preço unitário estimado para cada item, conforme definido nos documentos da contratação.

9.3.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - apresentarem valor global do grupo superior ao valor estimado pela Administração;
- II - apresentarem preços unitários superiores aos valores estimados para cada item que compõe o grupo;
- III - apresentarem inexecutabilidade, nos termos da legislação aplicável.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 233.614,41 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta e um centavos), conforme custos unitários apostos no Item 1.1 deste Termo de Referência .

10.1. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.1.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A presente ata de registro de preços não implica compromisso imediato de contratação ou despesa, servindo apenas como instrumento para futuras aquisições. A adequação orçamentária será verificada no momento da contratação efetiva, ocasião em que o órgão participante deverá assegurar a existência de dotação orçamentária suficiente e compatível com a natureza da despesa.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] **OU** [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital **OU** na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3] .

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A5]

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9] ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~—5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~—5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]~~

OU

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14].~~

~~5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A1].~~

~~5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~5.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]~~

OU

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão Eletrônico nº 90001/2026** bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JORGE YABUSAME

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 12:22:58.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Estudo Técnico Preliminar 3/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 11597.000111/2026-17

2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se da necessidade de aquisição de materiais de consumo destinados ao atendimento contínuo das demandas administrativas dos órgãos participantes, essenciais ao funcionamento regular das unidades, ao suporte às atividades finalísticas e à execução das rotinas operacionais.

2.2. Os materiais de consumo compreendem bens de uso corrente cuja utilização implica desgaste, consumo ou perda de identidade física, não se incorporando de forma permanente ao patrimônio, sendo indispensáveis à manutenção das atividades institucionais.

2.3. As demandas foram formalizadas pelos órgãos participantes por meio dos respectivos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), os quais evidenciam a recorrência do consumo, a diversidade de itens necessários e a necessidade de fornecimento contínuo ao longo do tempo.

2.4. A ausência ou insuficiência desses materiais pode comprometer a continuidade das atividades administrativas, gerar desabastecimento, ocasionar aquisições emergenciais, aumentar custos operacionais e impactar negativamente a eficiência da Administração.

2.5. Considerando o caráter contínuo e variável do consumo, bem como a multiplicidade de órgãos participantes e a diversidade de itens, mostra-se necessária a adoção de solução que permita fornecimento sob demanda, com flexibilidade operacional, padronização das especificações e racionalização dos procedimentos de aquisição.

2.6. A consolidação das demandas em contratação centralizada busca promover ganhos de escala, maior eficiência administrativa, redução de contratações fragmentadas e melhor gestão dos recursos públicos, sem prejuízo da autonomia dos órgãos quanto à efetiva utilização dos quantitativos estimados.

2.7. As especificações técnicas dos materiais, os padrões mínimos de qualidade, as unidades de fornecimento, os quantitativos estimados, a organização dos itens em grupos da licitação e as condições operacionais de fornecimento encontram-se detalhados no Caderno de Especificações – CE, Anexo 2 do Termo de Referência, especialmente nas Seções 4 (Diretrizes para elaboração das especificações técnicas), 5 (Classificação e agrupamento dos materiais), 6 (Condições de fornecimento), 9 (Quadros de especificação dos materiais) e 11 (Descrição dos itens, quantitativos, grupos e distribuição por órgão participante).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SRA/MS	Carolina Nunes Kinjo
ABIN/MS	Fernando Jorge Matoso Braga
CGU-R/MS	Tiago Abi Rios
SRTE/MS	Ismael Ferreira de Arruda
SPU/MS	Bruno Soares de Sousa Silva
PFN/MS	Neide Cristina Lima Machado

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá atender às necessidades da Administração quanto ao fornecimento de materiais de consumo de forma contínua, sob demanda, assegurando a disponibilidade dos itens necessários ao funcionamento das unidades administrativas dos órgãos participantes.

4.2. Os materiais a serem fornecidos deverão atender a padrões mínimos de qualidade, desempenho e segurança compatíveis com sua finalidade de uso, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como as normas técnicas pertinentes, quando aplicáveis.

4.3. As especificações técnicas dos materiais deverão ser suficientes para caracterizar adequadamente o objeto, devendo privilegiar requisitos de desempenho e funcionalidade, vedada a inclusão de exigências desnecessárias ou que restrinjam indevidamente a competitividade.

4.4. Será admitida a indicação de marca de referência, quando tecnicamente justificável, devendo ser assegurada, em qualquer caso, a possibilidade de fornecimento de produtos equivalentes que atendam integralmente às especificações estabelecidas.

4.5. As especificações técnicas detalhadas, os padrões mínimos de qualidade, as unidades de fornecimento, os critérios de aceitação, as condições de entrega e os demais requisitos aplicáveis aos materiais encontram-se definidos no Caderno de Especificações – CE, Anexo 2 do Termo de Referência, especialmente na Seção 4 (Especificações técnicas), Seção 6 (Condições de fornecimento) e Seção 7 (Critérios de recebimento e aceitação), cujas definições observam critérios objetivos, mensuráveis e compatíveis com os padrões usuais de mercado.

4.6. Natureza dos bens a serem adquiridos:

4.6.1. Os materiais de consumo objeto da contratação enquadram-se como bens comuns, por possuírem especificações usuais de mercado, passíveis de definição objetiva e padronizada, permitindo a comparação de propostas com base em critérios objetivos.

4.6.2. Trata-se de bens amplamente disponíveis no mercado, não demandando soluções personalizadas ou desenvolvimento tecnológico específico, sendo possível sua aquisição por meio de procedimento licitatório competitivo.

4.7. Condições de fornecimento:

4.7.1. O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

4.7.2. As condições operacionais de fornecimento, incluindo prazos, locais de entrega, forma de solicitação, critérios de recebimento provisório e definitivo, bem como demais obrigações da contratada, encontram-se detalhadas no Termo de Referência e no Caderno de Especificações – CE, especialmente na Seção 6.2 (Solicitação de fornecimento), Seções 6.3 a 6.7 (Entrega e prazos) e Seção 7 (Critérios de recebimento provisório e definitivo).

4.8. Garantia da contratação:

4.8.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de bens comuns, com fornecimento sob demanda e pagamento condicionado ao recebimento definitivo, conclui-se não ser necessária a exigência de garantia da contratação, nos termos da legislação aplicável.

4.9. Sustentabilidade:

- 4.9.1. Sempre que aplicável, as especificações técnicas dos materiais deverão contemplar critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, tais como redução de impactos ambientais, uso racional de recursos e observância de normas ambientais, sem prejuízo da competitividade.

- 4.9.2. A aplicação de critérios de sustentabilidade observará os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo adotada de forma específica para os itens em que houver viabilidade técnica e aderência ao mercado fornecedor, conforme detalhamento constante na Seção 8 do Caderno de Especificações – CE, que trata dos critérios de sustentabilidade, incluindo uso de materiais recicláveis, redução de substâncias nocivas, embalagens de menor impacto ambiental, durabilidade, eficiência no uso e, quando aplicável, logística reversa.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para o fornecimento de materiais de consumo, considerando a natureza dos itens, a diversidade de fornecedores e as formas usuais de comercialização desses bens.

5.2. A análise contemplou, especialmente, as seguintes alternativas de contratação:

5.2.1. Aquisição centralizada, por meio de Sistema de Registro de Preços, com fornecimento sob demanda;

5.2.2. Aquisições descentralizadas, realizadas individualmente por cada órgão participante;

5.2.3. Aquisições pontuais, sem utilização de Sistema de Registro de Preços, conforme surgimento da demanda.

5.3. A alternativa de aquisições descentralizadas tende a gerar fragmentação das contratações, aumento de custos administrativos, perda de padronização das especificações e redução do poder de negociação, além de maior risco de desabastecimento ou aquisições emergenciais.

5.4. A realização de aquisições pontuais, sem utilização de Sistema de Registro de Preços, mostra-se menos eficiente diante da recorrência do consumo e da diversidade de itens, podendo resultar em repetição de procedimentos licitatórios, aumento de prazos de atendimento e menor eficiência na gestão das aquisições.

5.5. A aquisição centralizada por meio de Sistema de Registro de Preços apresenta-se mais adequada ao objeto, por permitir a consolidação das demandas, a padronização das especificações técnicas, a realização de fornecimentos parcelados conforme a necessidade, a redução de custos operacionais e maior eficiência administrativa.

5.6. Verificou-se, ainda, que o mercado fornecedor é amplo e competitivo, composto por empresas aptas a fornecer os materiais de consumo especificados, não havendo indícios de restrição relevante à competitividade, desde que observadas especificações técnicas compatíveis com os padrões usuais de mercado.

5.7. As especificações técnicas foram estruturadas de forma a refletir requisitos usuais de mercado, evitando exigências excessivas ou desnecessárias, de modo a assegurar a ampla participação de fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa.

5.8. Conclui-se, portanto, que a solução baseada em aquisição centralizada, por meio de Sistema de Registro de Preços, com fornecimento sob demanda, mostra-se a mais adequada para atendimento da necessidade identificada, sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de materiais de consumo, por meio de procedimento licitatório, com adoção do Sistema de Registro de Preços, permitindo o fornecimento parcelado e sob demanda, conforme a necessidade dos órgãos participantes.

6.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua e variável do consumo, possibilitando maior flexibilidade na gestão das aquisições, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

6.3. A solução contempla a consolidação das demandas dos órgãos participantes em contratação centralizada, com vistas à padronização das especificações técnicas, à racionalização dos procedimentos administrativos e à melhoria do controle da execução contratual.

6.4. O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, mediante solicitações formais da Administração, observadas as condições operacionais, prazos, locais de entrega e critérios de recebimento definidos no Termo de Referência e no Caderno de Especificações – CE, especialmente nas Seções 6 (Condições de fornecimento) e 7 (Critérios de recebimento e aceitação).

6.5. A organização do objeto em grupos da licitação foi definida com base em critérios de afinidade material, similaridade de uso e racionalidade logística, de modo a facilitar o julgamento das propostas, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços e a execução contratual, sem prejuízo da competitividade.

6.6. Justificativa da modelagem da contratação e da não segregação por natureza do objeto

6.6.1. Trata-se de contratação estruturada de forma centralizada, por meio do Sistema de Registro de Preços, contemplando o fornecimento de materiais de consumo diversos, incluindo gêneros alimentícios, materiais de limpeza, itens de copa e cozinha, materiais elétricos e hidráulicos, água mineral e gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ao atendimento das demandas de múltiplos órgãos participantes.

6.6.2. A modelagem adotada, com consolidação dos itens em um único procedimento licitatório, foi definida com base em critérios de economicidade, eficiência administrativa e racionalização dos processos de contratação, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.3. A eventual segregação da contratação em múltiplos processos licitatórios distintos foi analisada pela equipe de planejamento, tendo sido afastada por não se mostrar mais vantajosa sob os aspectos técnico-operacionais e administrativos, considerando:

- a) o ganho de escala decorrente da consolidação das demandas, com potencial de obtenção de preços mais vantajosos;
- b) a redução do custo administrativo associado à condução de múltiplos certames independentes;
- c) a padronização das especificações técnicas dos materiais, favorecendo a uniformidade das aquisições e a eficiência da gestão contratual;
- d) a simplificação da gestão das Atas de Registro de Preços, evitando fragmentação contratual e dispersão de instrumentos;
- e) a viabilidade logística da execução, tendo em vista que os itens foram organizados em grupos homogêneos, estruturados por natureza e finalidade de uso.

6.6.4. Ressalta-se que a estruturação da licitação em grupos independentes permite a participação de fornecedores especializados em cada segmento, não havendo obrigatoriedade de fornecimento integral do objeto, nem interdependência técnica entre os grupos.

6.6.5. Dessa forma, a modelagem adotada preserva a competitividade do certame, ao mesmo tempo em que assegura eficiência administrativa e racionalização das contratações.

6.6.6. Registra-se, por fim, que, em razão da heterogeneidade do objeto, a presente contratação não se enquadra nas hipóteses de utilização de manifestação jurídica referencial, sendo o processo submetido à análise jurídica individualizada, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. O detalhamento dos grupos, dos itens que os compõem, dos quantitativos estimados, das unidades de fornecimento e da distribuição por órgão participante encontra-se descrito no Caderno de Especificações – CE, Anexo 2 do Termo de Referência, notadamente na Seção 11 (Descrição dos itens, quantitativos, grupos e distribuição por órgão participante).

6.8. A solução adotada está alinhada às práticas usuais de mercado para fornecimento de materiais de consumo, caracterizados como bens comuns, amplamente disponíveis e passíveis de aquisição mediante especificações padronizadas.

6.9. A possibilidade de contratação de mais de uma empresa para execução do objeto foi analisada no âmbito do planejamento da contratação, concluindo-se que:

- a) não há perda de economia de escala, considerando que os itens são padronizados, de ampla disponibilidade no mercado e com fornecimento parcelado, não havendo ganhos relevantes adicionais com a centralização em um único fornecedor;
- b) é possível e conveniente a execução simultânea por múltiplos contratados, haja vista a natureza comum dos bens e a inexistência de interdependência técnica entre os itens;
- c) é plenamente viável o controle individualizado da execução contratual, uma vez que o fornecimento se dará por item/grupo, com medições, recebimento e pagamento vinculados às quantidades efetivamente entregues por cada contratado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas dos materiais de consumo foram definidas com base nas demandas formalizadas pelos órgãos participantes, por meio dos respectivos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), consolidadas pelo órgão gerenciador para fins de planejamento da contratação.

7.2. Para a definição dos quantitativos, foram consideradas as necessidades operacionais informadas pelos órgãos, a natureza contínua do consumo, a diversidade de itens e a expectativa de utilização ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, de modo a assegurar o adequado atendimento das demandas administrativas.

7.3. Sempre que disponível, foram considerados, como referência, dados de consumo anterior, histórico de utilização e padrões de demanda das unidades participantes, sem prejuízo de ajustes decorrentes de alterações operacionais ou administrativas.

7.4. Os quantitativos estimados foram consolidados de forma a compatibilizar as necessidades dos órgãos participantes com a viabilidade operacional da contratação, evitando tanto o subdimensionamento, que poderia comprometer o abastecimento, quanto o superdimensionamento, que poderia gerar ineficiência na gestão dos recursos públicos.

7.5. Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, as quantidades estimadas possuem caráter meramente referencial, não constituindo obrigação de contratação integral, sendo os fornecimentos realizados conforme a efetiva necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.6. O detalhamento dos quantitativos por item, sua organização em grupos da licitação e a distribuição por órgão participante encontram-se descritos no Caderno de Especificações – CE, Anexo 2 do Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 233.614,41

Valor estimado: R\$ 233.614,41 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta e um centavos)

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nos quantitativos consolidados a partir das demandas formalizadas pelos órgãos participantes, conforme descrito neste Estudo Técnico Preliminar.

8.2. Para a definição dos preços unitários referenciais, foi realizada pesquisa de preços em conformidade com as disposições legais aplicáveis, considerando valores praticados no mercado para fornecimento de materiais de consumo com características semelhantes.

8.3. A metodologia adotada para a estimativa dos preços, bem como as memórias de cálculo, as fontes utilizadas e os critérios de tratamento dos dados coletados, encontram-se detalhados na Nota Técnica de Precificação (SEI nº 57146140), que integra o processo administrativo da contratação.

8.4. A consolidação dos preços unitários referenciais e dos quantitativos estimados resultou no valor global estimado indicado neste item, o qual representa parâmetro para fins de planejamento da contratação.

8.5. Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, o valor estimado possui caráter meramente referencial, não implicando obrigação de contratação integral, podendo os valores efetivamente contratados variar conforme a demanda dos órgãos participantes durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.6. A estimativa foi elaborada de modo a refletir os preços de mercado, buscando assegurar a compatibilidade com os valores praticados, a economicidade da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de materiais de consumo, verifica-se que os itens a serem contratados são, em regra, bens divisíveis, passíveis de fornecimento de forma fracionada, sem prejuízo de sua funcionalidade ou desempenho.

9.2. A solução adotada contempla o parcelamento do objeto, tanto sob o aspecto do fornecimento sob demanda, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, quanto sob o aspecto da estruturação da licitação, de modo a permitir a aquisição conforme a necessidade da Administração.

9.3. A organização dos materiais em grupos da licitação foi definida com base em critérios de afinidade material, similaridade de uso e racionalidade logística, considerando a natureza dos itens e as práticas usuais do mercado fornecedor.

9.4. O agrupamento adotado busca equilibrar a ampliação da competitividade com a eficiência administrativa, evitando tanto a fragmentação excessiva do objeto, que poderia comprometer a gestão contratual, quanto a concentração indevida de itens, que poderia restringir a participação de fornecedores.

9.5. Verifica-se que os itens foram agrupados com base em critérios de afinidade material, similaridade de uso e compatibilidade com os segmentos de mercado fornecedores, sendo usualmente comercializados por empresas do mesmo ramo de atividade.

9.5.1. A modelagem adotada não impõe a obrigatoriedade de fornecimento integral do objeto, sendo a adjudicação realizada por grupo, o que possibilita a ampla participação de licitantes interessados em segmentos específicos, sem restrição indevida à competitividade.

9.5.2. Adicionalmente, a equipe de planejamento avaliou a possibilidade de segregação da contratação por natureza do objeto, tendo concluído que tal medida não se mostraria mais vantajosa, considerando os impactos negativos na economicidade, na eficiência administrativa e na gestão contratual, conforme fundamentado na Seção 6 deste Estudo Técnico Preliminar.

9.6. A modelagem adotada contribui para a simplificação do julgamento das propostas, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços e a execução contratual, especialmente no que se refere à logística de fornecimento, controle de saldos e padronização das especificações.

9.7. O detalhamento dos grupos da licitação, dos itens que os compõem e dos respectivos quantitativos encontra-se descrito no Caderno de Especificações – CE, Anexo 2 do Termo de Referência.

9.8. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto, conforme estruturado, mostra-se tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e compatível com os princípios da competitividade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação possui relação funcional com outras contratações realizadas no âmbito da Administração, especialmente aquelas destinadas ao fornecimento de bens e serviços necessários ao funcionamento das unidades administrativas dos órgãos participantes.

10.2. Tais contratações, contudo, possuem objetos distintos e finalidades específicas, não se configurando sobreposição de escopo ou duplicidade de contratação, uma vez que a presente iniciativa se destina exclusivamente ao atendimento das necessidades relacionadas ao fornecimento de materiais de consumo, conforme especificações definidas neste Estudo Técnico Preliminar e detalhadas no Caderno de Especificações – CE, especialmente nas Seções 4 (Diretrizes para elaboração das especificações técnicas), 5 (Classificação e agrupamento dos materiais), 6 (Condições de fornecimento), 7 (Critérios de recebimento e aceitação), 8 (Critérios de sustentabilidade), 9 (Quadros de especificação dos materiais), 10 (Garantia e não conformidade) e 11 (Distribuição por órgão participante).

10.3. Não se identificam contratações correlatas ou interdependentes que condicionem, limitem ou inviabilizem a execução da presente contratação, tratando-se de objeto autônomo, cuja execução pode ocorrer de forma independente, conforme a demanda dos órgãos participantes.

10.4. A eventual coexistência com outras contratações de natureza semelhante não implica conflito ou sobreposição, desde que observados os limites e especificações definidos em cada instrumento contratual, bem como o adequado planejamento das aquisições.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional dos órgãos participantes, com previsão no Plano Anual de Contratações – PCA 2026, nos termos do Decreto nº 10.947/2022.

11.2. As demandas que fundamentam a contratação foram formalizadas pelos órgãos participantes por meio dos respectivos Documentos de Formalização de Demanda (DFD) e consolidadas pelo órgão gerenciador, assegurando a compatibilidade entre a necessidade administrativa e o planejamento das contratações.

11.3. A inclusão da contratação no PCA reflete o planejamento prévio das aquisições, não se confundindo com a disponibilidade orçamentária para sua execução, a qual será verificada no momento da formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

11.4. Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, a execução das contratações estará condicionada à efetiva necessidade dos órgãos participantes e à disponibilidade orçamentária e financeira no momento da contratação, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

11.5. A modelagem adotada contribui para o aprimoramento do planejamento das contratações, permitindo maior controle sobre a execução orçamentária, racionalização das aquisições e adequação das contratações às necessidades reais da Administração.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação permitirá assegurar o fornecimento contínuo de materiais de consumo necessários ao funcionamento das unidades administrativas, reduzindo o risco de desabastecimento e de interrupções nas atividades institucionais.

12.2. A adoção de solução centralizada, por meio do Sistema de Registro de Preços, contribuirá para a racionalização das aquisições, com redução da necessidade de múltiplos procedimentos licitatórios e maior eficiência na gestão administrativa.

12.3. O fornecimento sob demanda possibilitará maior aderência entre as aquisições realizadas e as necessidades efetivas dos órgãos participantes, reduzindo a formação de estoques excessivos, perdas por vencimento ou obsolescência e aquisições emergenciais.

12.4. A padronização das especificações técnicas dos materiais de consumo favorecerá a uniformidade dos itens adquiridos, a melhoria do controle de qualidade e a simplificação das atividades de fiscalização e gestão contratual.

12.5. A consolidação das demandas em contratação única tende a proporcionar ganhos de escala e maior competitividade no certame, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

12.6. A modelagem adotada permitirá maior previsibilidade e controle na execução das contratações, facilitando o acompanhamento dos saldos da Ata de Registro de Preços e o planejamento das aquisições ao longo de sua vigência.

12.7. A adoção de critérios de sustentabilidade, quando aplicáveis, contribuirá para a redução de impactos ambientais associados ao consumo de materiais, em consonância com as diretrizes institucionais e a legislação vigente.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a contratação, foram adotadas as providências relativas à consolidação das demandas dos órgãos participantes, por meio dos respectivos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), bem como a definição dos quantitativos estimados dos materiais de consumo.

13.2. Deverá ser elaborado o Termo de Referência, em conformidade com as diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, com remissão expressa ao Caderno de Especificações – CE, especialmente às Seções 6 (Condições de fornecimento), 7 (Critérios de recebimento e aceitação) e 11 (Distribuição por órgão participante), que consolidam o detalhamento técnico do objeto.

13.3. Deverá ser concluída a estimativa do valor da contratação, com base nos quantitativos consolidados e na metodologia de pesquisa de preços adotada, conforme detalhamento constante na Nota Técnica de Precificação.

13.4. Deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias à condução do procedimento licitatório, incluindo a elaboração do edital, a análise jurídica e os demais atos preparatórios exigidos pela legislação, observando-se, sempre que aplicável, os modelos e minutas padronizadas disponibilizados pela Advocacia-Geral da União e pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (AGU/Seges), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa ME nº 81/2022.

13.5. A Administração deverá designar os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da futura contratação, observadas as competências legais, assegurando o adequado acompanhamento da execução contratual.

13.6. Quando necessário, deverão ser adotadas medidas de orientação ou capacitação dos servidores envolvidos na gestão e fiscalização da contratação, de modo a garantir a correta aplicação das regras estabelecidas.

13.7. Não se identificam, no momento, necessidades de adequação de infraestrutura física ou tecnológica para a execução da contratação, considerando a natureza do objeto.

13.8. A execução contratual deverá observar as rotinas operacionais definidas no Termo de Referência e no Caderno de Especificações – CE, notadamente as disposições da Seção 6 (solicitação e entrega), Seção 7 (recebimento provisório e definitivo) e Seção 11 (controle dos saldos e distribuição por órgão participante).

14. Possíveis Impactos Ambientais

Sustentabilidade da contratação

14.1. Em atendimento aos princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento nacional sustentável, foi realizada análise quanto à adoção de critérios ambientais aplicáveis à presente contratação, considerando a natureza do objeto e as diretrizes institucionais vigentes.

14.2. A avaliação de sustentabilidade considerou as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS/MGI 2024-2026) aplicável, a legislação ambiental vigente e as orientações constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União, como instrumento orientador para a adoção de critérios de sustentabilidade de forma proporcional e compatível com o objeto da contratação, conforme detalhamento constante na Seção 8 do Caderno de Especificações – CE, que consolida os critérios de sustentabilidade aplicáveis.

14.3. Considerando que o objeto consiste na aquisição de materiais de consumo destinados às atividades administrativas, os impactos ambientais associados à contratação são, em regra, indiretos, decorrentes das etapas de produção, transporte, utilização e descarte dos materiais.

14.4. Tais impactos podem variar conforme o tipo de material, podendo envolver geração de resíduos, uso de recursos naturais, consumo de energia e, em determinados casos, riscos associados ao descarte inadequado de produtos ou embalagens.

14.5. Com vistas à mitigação desses impactos, as especificações técnicas dos materiais poderão contemplar, quando aplicável e de forma proporcional, critérios de sustentabilidade, tais como:

14.5.1. utilização de materiais recicláveis ou com conteúdo reciclado;

14.5.2. redução de substâncias potencialmente nocivas à saúde ou ao meio ambiente;

14.5.3. adoção de embalagens adequadas, com menor impacto ambiental;

14.5.4. observância de requisitos de durabilidade e eficiência no uso;

14.5.5. atendimento a requisitos ambientais previstos em normas técnicas ou regulamentações específicas.

14.6. A definição e aplicação desses critérios observarão a compatibilidade com o mercado fornecedor, sendo evitada a imposição de exigências que possam restringir indevidamente a competitividade ou elevar de forma desproporcional os custos da contratação.

14.7. Quando aplicável, e desde que haja previsão legal específica, poderá ser exigida a adoção de mecanismos de logística reversa para determinados materiais, cabendo à contratada assegurar o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos produtos ou resíduos, nos termos da legislação vigente.

14.8. A exigência de logística reversa será aplicada de forma específica aos itens que se enquadrem nas cadeias sujeitas a tal obrigação, não se estendendo automaticamente aos demais materiais de consumo, de modo a preservar a competitividade e a viabilidade da contratação.

14.9. O detalhamento dos critérios de sustentabilidade aplicáveis, inclusive quanto à eventual exigência de logística reversa, encontra-se definido no Caderno de Especificações – CE, Anexo 2 do Termo de Referência, na Seção 8.4–8.6 (Sustentabilidade e logística reversa).

14.10. Nos casos em que não se mostrar tecnicamente viável ou economicamente adequada a adoção de determinados critérios de sustentabilidade, sua não aplicação será devidamente justificada no processo de contratação, em observância aos princípios da razoabilidade, da eficiência e da competitividade.

14.11. A adoção de fornecimento sob demanda, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, contribui para a racionalização do consumo, a redução de desperdícios e a minimização de estoques excessivos, mitigando impactos ambientais associados ao consumo inadequado de materiais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** a presente contratação.

15.1. A viabilidade da contratação fundamenta-se na compatibilidade entre a necessidade administrativa identificada, a natureza dos bens a serem adquiridos e a solução proposta, baseada em fornecimento sob demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços.

15.2. A análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar demonstrou que:

15.2.1. a necessidade da contratação encontra-se devidamente caracterizada, com base nas demandas formalizadas pelos órgãos participantes;

15.2.2. o mercado fornecedor apresenta capacidade para atendimento do objeto, sem restrições relevantes à competitividade;

15.2.3. a solução adotada mostra-se adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, em comparação às alternativas analisadas;

15.2.4. os quantitativos estimados são compatíveis com as necessidades informadas, considerando o caráter contínuo e variável do consumo;

15.2.5. a estimativa de valor da contratação reflete os preços praticados no mercado, conforme metodologia descrita no processo;

15.2.6. a modelagem da contratação, incluindo o parcelamento e a organização dos itens em grupos, mostra-se compatível com a natureza do objeto e com as práticas usuais do mercado fornecedor;

15.2.7. não foram identificados impedimentos técnicos, operacionais ou ambientais que inviabilizem a contratação.

15.2.8. a análise de riscos foi realizada por meio da Matriz de Gerenciamento de Riscos nº 6/2026 (SEI nº 57127792), que integra este Estudo Técnico Preliminar como Anexo 1. O referido documento identificou riscos relevantes, tais como definição inadequada do objeto (R-01, nível alto), quantitativos sub ou superestimados (R-02/R-03, nível médio), pesquisa de preços inadequada (R-04, nível alto) e exigências desproporcionais de habilitação (R-07, nível alto), com respectivas ações preventivas e contingenciais.

15.3. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional dos órgãos participantes e apresenta viabilidade quanto à sua execução, observadas as condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e nos demais instrumentos da contratação.

15.4. Diante do exposto, recomenda-se o prosseguimento do processo com a elaboração do Termo de Referência e a adoção das providências necessárias à realização do procedimento licitatório, considerando os elementos constantes neste Estudo Técnico Preliminar e nos seus anexos: Anexo 1 – Matriz de Riscos (SEI nº 57127792), Anexo 2 – Caderno de Especificações – CE e Anexo 3 – Nota Técnica de Precificação (SEI nº 57146140).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JORGE YABUSAME

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:45:50.

WYLLIANS VERISSIMO DA SILVA

Equipe de planejamento

RAFAEL FONTES FERNANDES

Equipe de planejamento

FERNANDO JORGE MATOSO BRAGA

Equipe de planejamento

ISMAEL FERREIRA DE ARRUDA

Equipe de planejamento

PAULO RICARDO CONDI

Equipe de planejamento

NEIDE CRISTINA LIMA MACHADO

Equipe de planejamento



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11597.000111/2026-17

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO 2 TR - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. Trata-se do Caderno de Especificações – CE, documento técnico complementar destinado a detalhar, sob os aspectos técnicos e operacionais, as especificações dos materiais de consumo, os padrões mínimos de qualidade, as unidades de fornecimento, as condições de entrega e os critérios de aceitação aplicáveis à contratação.
- 1.2. O presente Caderno integra o Termo de Referência como Anexo 2, devendo ser observado pelos licitantes, pela contratada e pela fiscalização, no que se refere às especificações e aos requisitos técnicos dos materiais a serem fornecidos
- 1.3. As especificações técnicas individualizadas, os quantitativos estimados, as unidades de fornecimento, as normas técnicas aplicáveis e os demais requisitos específicos serão apresentados em quadros padronizados, organizados por grupos de materiais, conforme estrutura definida neste documento.
- 1.4. O Caderno de Especificações possui caráter vinculante no que se refere aos requisitos técnicos mínimos, não podendo ser interpretado de forma isolada, devendo sua aplicação ocorrer de forma integrada com os demais artefatos da contratação.

2. BASE LEGAL E NORMATIVA

- 2.1. A elaboração e a aplicação do presente Caderno de Especificações observam as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais e regulamentares vigentes aplicáveis às contratações públicas de bens.
- 2.2. As especificações técnicas dos materiais de consumo deverão atender, quando aplicável, às normas técnicas expedidas por órgãos oficiais competentes, tais como:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;

2.2.1. bem como a outros regulamentos técnicos pertinentes ao tipo de material.

- 2.3. As normas técnicas específicas aplicáveis a cada item deverão ser indicadas expressamente nos respectivos quadros de especificação, não se presumindo sua exigência quando não houver relação direta com o material descrito.
- 2.4. Na hipótese de atualização, substituição ou revogação das normas técnicas indicadas, deverão ser observadas as versões vigentes à época do fornecimento, desde que mantidos os requisitos mínimos de qualidade, desempenho e segurança estabelecidos neste Caderno de Especificações e nos demais instrumentos da contratação.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Para fins de aplicação deste Caderno de Especificações, adotam-se as seguintes definições:

- 3.1.1. MATERIAL DE CONSUMO: bem utilizado para atendimento das necessidades administrativas, caracterizado pelo consumo imediato ou pelo desgaste ao longo do uso, não incorporando caráter permanente ao patrimônio da Administração.
- 3.1.2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: conjunto de características mínimas exigidas para o material, incluindo requisitos de desempenho, composição, dimensões, funcionalidade e qualidade, suficientes para sua adequada identificação e avaliação.
- 3.1.3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: conjunto de características mínimas exigidas para o material, incluindo requisitos de desempenho, composição, dimensões, funcionalidade e qualidade, suficientes para sua adequada identificação e avaliação.
- 3.1.4. PRODUTO EQUIVALENTE: material que, embora não corresponda exatamente às características descritas, comprova, por meio de documentação técnica idônea, o atendimento integral aos requisitos de desempenho, funcionalidade e qualidade estabelecidos neste Caderno de Especificações.
- 3.1.5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO: parâmetros objetivos utilizados pela Administração para verificação da conformidade dos materiais fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas.
- 3.1.6. FORNECIMENTO SOB DEMANDA: forma de execução contratual em que a entrega dos materiais ocorre de maneira parcelada, conforme necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 3.1.7. GRUPO DE MATERIAIS: conjunto de itens organizados com base em critérios de afinidade material, similaridade de uso e padrão de fornecimento, para fins de estruturação da licitação e gerenciamento da contratação.
- 3.1.8. CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES – CE: documento técnico complementar integra o Termo de Referência como Anexo 2, que consolida as especificações técnicas, quantitativos estimados e demais requisitos aplicáveis aos materiais objeto da contratação.
- 3.1.9.

4. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 4.1. As especificações técnicas dos materiais deverão ser elaboradas de forma clara, objetiva e suficiente para caracterizar adequadamente o objeto, permitindo a compreensão inequívoca pelos licitantes e a verificação objetiva pela Administração.
- 4.2. As descrições deverão privilegiar requisitos de desempenho, funcionalidade e finalidade de uso, sendo vedada a inclusão de exigências desnecessárias, excessivas ou que restrinjam indevidamente a competitividade.
- 4.3. Não será admitida a indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, salvo quando tecnicamente justificada, hipótese em que deverá ser obrigatoriamente assegurada a aceitação de produtos equivalentes.
- 4.4. A caracterização dos materiais deverá observar, sempre que aplicável, os seguintes elementos mínimos:
- 4.4.1. descrição do material ou produto;

- 4.4.2. composição ou características físicas relevantes;
 - 4.4.3. dimensões, capacidade ou volume, quando aplicável;
 - 4.4.4. finalidade de uso;
 - 4.4.5. requisitos mínimos de desempenho ou qualidade;
 - 4.4.6. unidade de fornecimento;
 - 4.4.7. eventuais normas técnicas aplicáveis.
- 4.5. Será admitido o fornecimento de produtos equivalentes, desde que comprovado, por meio de documentação técnica idônea, que atendem integralmente aos requisitos de desempenho, funcionalidade e qualidade estabelecidos neste Caderno de Especificações.
- 4.6. A comprovação da equivalência deverá ser realizada mediante apresentação de fichas técnicas, catálogos, laudos, certificações ou outros documentos emitidos por fabricante ou entidade competente, que permitam a verificação objetiva da conformidade do produto ofertado.
- 4.7. A avaliação da equivalência deverá observar critérios objetivos e previamente definidos, sendo vedada a rejeição de produtos com base em juízo subjetivo ou em critérios não previstos neste Caderno de Especificações ou nos demais instrumentos da contratação.
- 4.8. As especificações deverão refletir padrões usuais de mercado, compatíveis com a realidade do setor fornecedor, de modo a assegurar a ampla participação de licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa.
- 4.9. É vedada a utilização de expressões genéricas ou imprecisas, tais como “similar”, “equivalente” sem definição, “de boa qualidade”, “de primeira linha” ou outras que não permitam a verificação objetiva dos requisitos estabelecidos.
- 4.10. As descrições técnicas deverão ser padronizadas ao longo do documento, evitando-se divergências de nomenclatura, inconsistências de unidade de fornecimento ou variações injustificadas entre itens de mesma natureza.
- 4.11. A definição das especificações técnicas deverá guardar coerência com a finalidade de uso do material, evitando a inclusão de características que não tenham relação direta com a necessidade administrativa identificada.
- 4.12. Nos casos em que houver necessidade de especificações mais restritivas, deverá ser apresentada justificativa técnica no processo administrativo, demonstrando a indispensabilidade da exigência para atendimento da necessidade da Administração.

5. CLASSIFICAÇÃO E AGRUPAMENTO DOS MATERIAIS

- 5.1. Os materiais de consumo foram organizados em grupos da licitação com base em critérios de afinidade material, similaridade de uso, compatibilidade funcional e padrão de fornecimento, considerando a natureza dos itens e as práticas usuais do mercado fornecedor.
- 5.2. O agrupamento adotado tem por finalidade:
- 5.2.1. promover a racionalização do processo licitatório;
 - 5.2.2. facilitar o julgamento das propostas;
 - 5.2.3. otimizar a gestão da Ata de Registro de Preços;
 - 5.2.4. favorecer a logística de fornecimento;
 - 5.2.5. assegurar maior eficiência na execução contratual.
- 5.3. Os itens agrupados apresentam relação entre si e são, em regra, passíveis de fornecimento por empresas atuantes no mesmo segmento de mercado, não se identificando, em princípio, segmentação que inviabilize a participação de fornecedores.
- 5.4. A estruturação dos grupos buscou equilibrar a ampliação da competitividade com a eficiência administrativa, evitando:
- 5.4.1. a fragmentação excessiva do objeto, que poderia comprometer a gestão contratual;
 - 5.4.2. a concentração indevida de itens, que poderia restringir a participação de licitantes.
- 5.5. O agrupamento não implica obrigatoriedade de que os fornecedores atuem em todos os segmentos do mercado, mas apenas que possuam capacidade de fornecer os itens integrantes de cada grupo, conforme as práticas usuais do setor.
- 5.6. A definição dos grupos considerou, ainda:
- 5.6.1. a similaridade dos canais de distribuição;
 - 5.6.2. a compatibilidade logística dos itens;
 - 5.6.3. a padronização de fornecimento;
 - 5.6.4. a viabilidade de execução contratual.
- 5.7. O detalhamento dos grupos, dos itens que os compõem, dos quantitativos estimados e das unidades de fornecimento encontra-se disposto nos quadros técnicos constantes deste Caderno de Especificações.
- 5.8. Caso identificada, durante a execução, a necessidade de ajustes na composição dos grupos, estes deverão ser analisados no âmbito do planejamento de futuras contratações, não sendo admitida alteração da estrutura definida durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1. O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme as necessidades dos órgãos participantes.
- 6.2. A solicitação de fornecimento será formalizada pela Administração por meio de instrumento próprio, contendo, no mínimo:
- 6.2.1. identificação do órgão solicitante;
 - 6.2.2. especificação dos materiais;
 - 6.2.3. quantitativos;
 - 6.2.4. local de entrega;
 - 6.2.5. prazo para fornecimento.
- 6.3. A contratada deverá realizar a entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, observadas as condições operacionais definidas neste Caderno de Especificações.
- 6.4. Os materiais deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, devidamente acondicionados, de forma a preservar sua integridade, qualidade e condições de uso durante o transporte e armazenamento.

- 6.5. A responsabilidade pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais será integralmente da contratada, sem ônus adicional para a Administração.
- 6.6. Os materiais deverão ser fornecidos novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento ou utilização, não sendo admitido o fornecimento de itens reconicionados, reutilizados ou com avarias.
- 6.7. Os prazos de entrega deverão ser compatíveis com a natureza dos materiais e com as práticas usuais de mercado, não podendo ser fixados de forma a restringir indevidamente a competitividade ou inviabilizar a execução contratual.
- 6.8. Eventuais atrasos na entrega deverão ser devidamente justificados pela contratada e estarão sujeitos às penalidades previstas no edital e no contrato, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 6.9. A contratada deverá manter condições adequadas de fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, assegurando a continuidade do atendimento às demandas da Administração.
- 6.10. Não será exigida instalação, montagem ou prestação de serviços associados, salvo quando expressamente previsto na descrição do item constante nos quadros técnicos.
- 6.11. fornecimento deverá observar, ainda, as disposições relativas aos critérios de recebimento e aceitação dos materiais, conforme estabelecido neste Caderno de Especificações e no Termo de Referência.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

- 7.1. O recebimento dos materiais será realizado em duas etapas:
- 7.1.1. recebimento provisório, no ato da entrega, para verificação quantitativa e das condições aparentes dos materiais;
 - 7.1.2. recebimento definitivo, após verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Especificações e nos demais instrumentos da contratação.
- 7.2. No recebimento provisório, será verificado:
- 7.2.1. o quantitativo entregue;
 - 7.2.2. a integridade física dos materiais e das embalagens;
 - 7.2.3. a conformidade aparente com o objeto solicitado.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após análise técnica, que deverá verificar:
- 7.3.1. a conformidade dos materiais com as especificações técnicas;
 - 7.3.2. o atendimento aos requisitos de desempenho, funcionalidade e qualidade;
 - 7.3.3. a adequação da unidade de fornecimento;
 - 7.3.4. a conformidade com eventuais normas técnicas aplicáveis.
- 7.4. A verificação da conformidade deverá ser realizada com base em critérios objetivos previamente definidos, sendo vedada a rejeição de materiais com fundamento em critérios subjetivos ou não previstos neste Caderno de Especificações.
- 7.5. Poderão ser utilizados, quando necessário, documentos técnicos apresentados pela contratada, tais como fichas técnicas, catálogos, certificados ou laudos, para fins de comprovação da conformidade dos materiais.
- 7.6. Caso sejam identificadas não conformidades, a contratada será notificada para substituição dos materiais, no prazo estabelecido no Termo de Referência, sem ônus adicional para a Administração.
- 7.7. A rejeição dos materiais deverá ser devidamente motivada, com indicação objetiva dos requisitos não atendidos, vedada a recusa genérica ou sem fundamentação técnica.
- 7.8. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos materiais fornecidos, podendo ser exigida a substituição de itens que apresentem vícios ou defeitos constatados posteriormente.
- 7.9. Os procedimentos de recebimento deverão observar, ainda, as disposições estabelecidas no Termo de Referência e na legislação aplicável.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 8.1. A definição das especificações técnicas dos materiais observará, quando aplicável, critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, em consonância com a legislação ambiental vigente, com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS/MGI 2024-2026) aplicável e com as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União, como instrumento orientador.
- 8.2. A adoção de critérios ambientais deverá observar os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da competitividade, sendo vedada a imposição de exigências que não possuam relação direta com o objeto ou que possam restringir indevidamente a participação de licitantes.
- 8.3. Sempre que tecnicamente viável e compatível com o mercado fornecedor, poderão ser exigidos, de forma específica para cada item, requisitos tais como:
- 8.3.1. utilização de materiais recicláveis ou com conteúdo reciclado;
 - 8.3.2. redução de substâncias potencialmente nocivas ao meio ambiente ou à saúde;
 - 8.3.3. utilização de embalagens com menor impacto ambiental;
 - 8.3.4. atendimento a normas técnicas ambientais aplicáveis;
 - 8.3.5. maior durabilidade ou eficiência no uso dos materiais.
- 8.4. A exigência de critérios de sustentabilidade deverá ser indicada de forma expressa nos quadros técnicos, não se presumindo sua aplicação quando não houver previsão específica para o item.
- 8.5. Quando aplicável, e desde que haja previsão legal ou regulamentar específica, poderá ser exigida a adoção de mecanismos de logística reversa, cabendo à contratada assegurar o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos produtos ou resíduos.
- 8.6. A exigência de logística reversa será restrita aos materiais que se enquadrem nas cadeias sujeitas a tal obrigação, não se aplicando de forma genérica aos demais itens, de modo a preservar a viabilidade da contratação e a competitividade do certame.
- 8.7. Nos casos em que não se mostrar tecnicamente viável ou economicamente adequada a adoção de determinados critérios ambientais, sua não aplicação deverá ser justificada no processo administrativo, em observância aos princípios da eficiência e da razoabilidade.
- 8.8. A adoção de fornecimento sob demanda, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, contribui para a redução de desperdícios, a racionalização do consumo e a minimização de impactos ambientais associados ao armazenamento e descarte inadequado de materiais.

9. QUADROS DE ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

- 9.1. As especificações técnicas dos materiais de consumo, os quantitativos estimados, as unidades de fornecimento e as demais informações necessárias à caracterização do objeto encontram-se organizados em quadros técnicos, estruturados por grupos de materiais.
- 9.2. Cada item constante dos quadros deverá conter descrição técnica padronizada, suficiente para sua adequada identificação e para a verificação objetiva de conformidade, observadas as diretrizes estabelecidas neste Caderno de Especificações.
- 9.3. As descrições técnicas deverão contemplar, sempre que aplicável:
- 9.3.1. identificação do material;

9.3.2. composição ou características físicas relevantes;

9.3.3. dimensões, capacidade ou volume;

9.3.4. finalidade de uso;

9.3.5. requisitos mínimos de desempenho e qualidade;

9.3.6. unidade de fornecimento;

9.3.7. eventuais normas técnicas aplicáveis.
- 9.4. As especificações constantes dos quadros possuem caráter vinculante e deverão ser observadas integralmente pelos licitantes, não sendo admitidas propostas que apresentem divergência em relação aos requisitos mínimos estabelecidos.
- 9.5. Será admitido o fornecimento de produtos equivalentes, desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos definidos para cada item, conforme critérios estabelecidos na Seção 4 deste Caderno de Especificações.
- 9.6. A equivalência técnica deverá ser comprovada por meio de documentação idônea, conforme previsto neste Caderno de Especificações, sendo vedada a rejeição de produtos com base em critérios subjetivos.
- 9.7. As unidades de fornecimento indicadas nos quadros deverão refletir padrões usuais de mercado, sendo utilizadas como referência para medição, fornecimento e faturamento.
- 9.8. Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, não implicando obrigação de contratação integral por parte da Administração.
- 9.9. Eventuais inconsistências, omissões ou dúvidas quanto às especificações constantes dos quadros deverão ser interpretadas em conjunto com as disposições deste Caderno de Especificações, do Termo de Referência e do Edital.

10. GARANTIA, SUBSTITUIÇÃO E NÃO CONFORMIDADE

- 10.1. Os materiais fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Especificações, sendo vedado o fornecimento de itens em desacordo com os requisitos mínimos definidos.
- 10.2. A contratada é responsável pela qualidade dos materiais fornecidos, devendo assegurar que os produtos estejam em perfeitas condições de uso, livres de defeitos e adequados à finalidade a que se destinam.
- 10.3. Constatada a não conformidade dos materiais, seja no momento do recebimento ou posteriormente, a contratada deverá promover sua substituição, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Termo de Referência.
- 10.4. Considera-se não conformidade, para fins deste Caderno de Especificações, qualquer divergência em relação às especificações técnicas, aos requisitos de desempenho, à unidade de fornecimento ou às condições de entrega estabelecidas.
- 10.5. A substituição deverá ocorrer de forma integral, incluindo custos de retirada, transporte e nova entrega, não podendo gerar qualquer custo adicional para a Administração.
- 10.6. A recusa de substituição ou a substituição em desacordo com as especificações poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato.
- 10.7. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos materiais fornecidos, podendo ser exigida a substituição de itens que apresentem vícios, defeitos ou inadequação ao uso, dentro de prazo razoável compatível com a natureza do material.
- 10.8. Quando aplicável, os materiais deverão observar condições mínimas de garantia fornecidas pelo fabricante ou fornecedor, devendo tais condições ser compatíveis com a natureza do produto e com as práticas usuais de mercado.

11. DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUANTITATIVOS, GRUPOS E DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃO PARTICIPANTE

- 11.1. O presente item consolida a descrição detalhada dos materiais de consumo objeto da contratação, contemplando a identificação dos itens, sua organização em grupos da licitação, os quantitativos estimados e a respectiva distribuição por órgão participante.
- 11.2. Os itens e seus quantitativos foram definidos com base nas demandas formalizadas pelos órgãos participantes por meio dos respectivos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), devidamente consolidados pelo órgão gerenciador, observadas as necessidades operacionais, os históricos de consumo e a estimativa de utilização durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 11.3. A organização dos materiais em grupos tem por finalidade facilitar o julgamento das propostas, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços e a futura execução contratual, não implicando obrigação de contratação integral ou simultânea dos itens.
- 11.4. Os quantitativos apresentados possuem caráter meramente estimativo, nos termos do Sistema de Registro de Preços, podendo as contratações ocorrer de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade da Administração, respeitados os limites da Ata de Registro de Preços e a disponibilidade orçamentária dos órgãos participantes.

GRUPO 1 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SRA/MS				
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul				
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	407523	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	50
2	249803	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	260

GRUPO 2 - COPA E COZINHA - SRA/MS				
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul				

Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
3	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	6
4	294602	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 40 x 30 cm.	Unidade	5
5	440719	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	24
6	465662	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5
7	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	40
8	242731	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2
9	402921	Garrafão para água mineral, confeccionado em plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	50
10	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30
11	224607	Peneira de cozinha para chá, diâmetro aproximado de 12 cm.	Unidade	5
12	610190	Porta - copo em PVC emborrachado, cor preta, diâmetro total aproximado de 120 mm e base de 90 mm.	Unidade	100
13	376292	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	6
14	443879	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	6
15	219016	Garfo de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável.	Unidade	30
16	219008	Faca de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável	Unidade	30
17	286844	Toalha de mesa plástica, 1,40 × 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	12
18	465790	Toalha de mesa em tecido Oxford, dimensões aproximadas de 1,10 m × 2,10 m.	Unidade	6

GRUPO 3 - MATERIAIS DE LIMPEZA - SRA/MS				
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul				
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
19	310507	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	20
20	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	200
21	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote. c/ 4	40
22	225902	Esponja de lã de aço para limpeza doméstica, abrasividade mínima.	Pacote C/ 8	20
23	420506	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 × 30 cm.	Unidade	30
24	455060	Hipoclorito de sódio em comprimido efervescente, concentração de 31,75%.	Unidade	50
25	627261	Produto limpa - pedra para limpeza de superfícies.	Galão 5 litros	5
26	440825	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade aproximada de 50 L.	Unidade	5
27	445141	Passadeira antiderrapante emborrachada, comprimento aproximado de 2,30 m.	Unidade	3
28	445141	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura aproximada de 80 cm.	Unidade	3
29	260095	Porta - sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	2
30	232371	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	6
31	343902	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	6
32	298406	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Unidade	100
33	438600	Vassoura de pelo sintético, cepa de 60 cm, com cabo de aproximadamente 1,50 m.	Unidade	6

GRUPO 4 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRA/MS				
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul				
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
34	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	20
35	354947	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	10
36	614454	Lâmpada led. Tensão nominal: bivolt v. Potência nominal: 18 w. Tipo base: e-27. Cor: branca. Aplicação: para uso em geral. Temperatura de cor: 600 k. Frequência nominal: 50/60 hz (para área interna).	Unidade	50
37	614455	Lâmpada LED, base E27, potência de 30 W, bivolt, luz branca, temperatura de cor de 6.000 K, frequência de 50/60 Hz, para uso geral e área externa.	Unidade	30
38	624051	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 24 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 30 × 30 cm.	Unidade	10
39	622837	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 30 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 40 × 40 cm.	Unidade	10
40	607945	Refletor LED RGB, potência de 100 W, grau de proteção IP67, para uso externo, com controle remoto.	Unidade	10
41	633424	Refletor LED branco, potência de 100 W, grau de proteção IP67, tipo holofote.	Unidade	10

GRUPO 5 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - CGU-R/MS				
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul				
Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT

42	407523	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	40
43	243962	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com bico dosador.	frasco 100 ml.	10
44	249803	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	220
45	327685	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 uni.	20

GRUPO 6 - COPA E COZINHA - CGU-R/MS				
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul				
Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
46	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	10
47	453730	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	1
48	230563	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiro, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	10
49	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	30
50	419309	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 un.	100
51	419317	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	40
52	246535	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5
53	308953	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5
54	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	5
55	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30
56	220097	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	20

GRUPO 7 - MATERIAIS DE LIMPEZA - CGU-R/MS				
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul				
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
57	277541	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	100
58	321573	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	5
59	361502	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	5
60	234431	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	30
61	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	100
62	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote. c/ 4	12
63	420506	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 × 30 cm.	Unidade	30
64	378076	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	5
65	396308	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 × 50 cm.	Unidade	10
66	445141	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura aproximada de 80 cm.	Unidade	3
67	391281	Inseticida aerossol à base de permetrina e imiprotrina, nas concentrações de 0,069% e 0,015%.	Frasco 300 ML	40
68	260095	Porta - sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	2
69	226094	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 100 L, cor preta.	Pacote 25 un.	100
70	226092	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 30 L, cor preta.	Pacote 100 un.	100
71	394459	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 50 L, cor preta.	Pacote 100 um.	100
72	454030	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	40

GRUPO 8 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - CGU-R/MS				
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul				
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
73	386071	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	5
74	382273	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5
75	395738	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5
76	407480	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5
77	232306	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	5
78	431797	Lâmpada LED tubular, base E27, potência de 12 W, bivolt, luz branca fria, para uso interno.	Unidade	10
79	437691	Lâmpada LED compacta, base E27, potência de 12 W, bivolt, temperatura de cor de 6.400 K.	Unidade	10

80	439278	Lâmpada LED de alta potência, base E27, potência de 50 W, bivolt, fluxo luminoso de aproximadamente 4.500 lm.	Unidade	10
81	446068	Luminária pública LED, corpo em alumínio injetado de alta pressão, potência de 40 W, bivolt, luz branca fria.	Unidade	5

GRUPO 9 - MATERIAIS DIVERSOS - CGU-R/MS				
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul				
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
82	372764	Chaveiro em PVC, formato quadrado, dimensões aproximadas de 3,5 × 4 cm, cores sortidas, com argola niquelada, para identificação de chaves.	Unidade	20
83	324299	Descanso para pés, estrutura em madeira, dimensões aproximadas de 48 × 30 cm, com inclinação para frente e para trás.	Unidade	10

GRUPO 10 - COPA E COZINHA - SRTE/MS				
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul				
Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
84	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	15
85	453730	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	10
86	259417	Caneca, material alumínio, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3
87	440719	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	100
88	465662	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3
89	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	60
90	419309	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	500
91	419317	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	20
92	242731	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3
93	240329	Faca de mesa, com lâmina confeccionada em aço inoxidável e cabo igualmente em aço inoxidável, corpo inteiriço, resistente à corrosão, acabamento adequado para uso alimentar, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2
94	308953	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	20
95	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	5
96	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30
97	347753	Porta - copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	20
98	376292	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	4
99	443879	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	4
100	355929	Suporte dispensador para copos descartáveis de 200 ml, em plástico, com sistema poupa - copo, capacidade para até 100 copos, cor branca, dimensões aproximadas de 50 × 19 × 16 cm.	Unidade	20
101	286844	Toalha de mesa plástica, 1,40 × 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	3
102	450227	Toalha de mesa em tecido Oxford, formato retangular, cor branca, dimensões aproximadas de 1,50 m × 4,0 m.	Unidade	3
103	220126	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	24

GRUPO 11 - MATERIAIS DE LIMPEZA - SRTE/MS				
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul				
Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
104	310507	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	10
105	380018	Álcool etílico 70% (v/v), em gel, com emoliente.	Frasco 500 ml	100
106	277541	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	120
107	470452	Balde em aço inoxidável, formato cilíndrico, com alça metálica, capacidade aproximada de 25 L.	Unidade	3
108	321573	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	3
109	361502	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	30
110	234431	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	20
111	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	200

112	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote. c/ 4	150
113	240448	Flanela em algodão, cor amarela, dimensões aproximadas de 40 × 60 cm.	Unidade	24
114	440825	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade aproximada de 50 L.	Unidade	20
115	378076	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	2
116	396308	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 × 50 cm.	Unidade	60
117	287791	Pasta de alumínio para limpeza e polimento de utensílios de copa e cozinha.	Pote 500g	10
118	260095	Porta - sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	5
119	232371	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	3
120	343902	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	3
121	298406	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Barra 200g	150
122	324827	Sabão em pó para limpeza geral, biodegradável.	Caixa 1 kg	50
123	454030	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	50

GRUPO 12- MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRTE/MS				
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul				
Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
124	232306	Adaptador de tomada tipo T, conversão de plugue tripolar para bipolar.	Unidade	100
125	386071	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	30
126	382273	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	30
127	395738	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	30
128	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	50
129	375963	Conector RJ45 macho, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	30
130	469535	Conector RJ45 fêmea, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	30
131	407480	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	20
132	232306	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	100
133	421483	Plugue macho, 2P+T, 10 A, pinos cilíndricos, corpo em plástico, cor cinza, para extensão elétrica.	Unidade	30

GRUPO 13 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SPU/MS				
Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul				
Rua Joaquim Murtinho, n° 65, CEP 79002-100 - 1° Andar, Centro, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
134	407523	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	4
135	243962	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com bico dosador.	frasco, 100 ml.	4
136	249803	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	50
137	327685	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 un.	100
138	463998	Açúcar refinado branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega.	embalagem 1kg	15

GRUPO 14 - COPA E COZINHA - SPU/MS				
Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul				
Rua Joaquim Murtinho, n° 65, CEP 79002-100 - 1° Andar, Centro, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
139	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	4
140	453730	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	4
141	259417	Caneca, material alumínio, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2
142	440719	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	10
143	230563	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiriço, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	12
144	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	20
145	419309	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	500
146	242731	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2
147	279329	Fósforo comum, corpo confeccionado em madeira, tipo curto, acondicionado em pacote contendo 10 (dez) caixinhas, indicado para uso geral em atividades de copa e cozinha.	Pacote C/10	2

148	246535	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2
149	308953	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	8
150	402921	Garrafão para água mineral, confeccionado em plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	6
151	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	2
152	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	6
153	347753	Porta - copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	12
154	376292	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	2
155	443879	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	3
156	220097	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	6
157	220126	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	6

GRUPO 15 - BANDEIRAS - SPU/MS				
Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul				
Rua Joaquim Murtinho, nº65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
158	320740	Bandeira do Estado do Mato Grosso do Sul, em tergal, 160 × 112 cm, conforme projeto oficial, com ilhoses e brasão bordado.	Unidade	3
159	487212	Bandeira nacional do Brasil, em náilon, 4 panos, dupla face, 256 × 180 cm.	Unidade	3
160	224464	Bandeira do Município de Campo Grande – MS, em tergal, dimensões aproximadas de 128 × 90 cm, 2 panos, conforme projeto oficial, estampa digital dupla face, gramatura mínima de 170 g/m².	Unidade	3
161	271195	Kit suporte para bandeiras, base em madeira revestida em laminado na cor mogno, com acabamento em canopla cromada, acompanhado de 3 mastros de 2,20 m, com encaixe para mastro de 28 mm, indicado para bandeiras de 0,90 × 1,28 m e 1,12 × 1,60 m, dimensões da base de 24 × 15 × 46 cm.	Unidade	1

GRUPO 16 - MATERIAIS DIVERSOS - SPU/MS				
Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul				
Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
162	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	4
163	484541	Trena 50 metros	Unidade	2
164	393216	Trena 5 metros	Unidade	2
165	452373	Facão e bainha para mato 18 polegadas	Unidade	3
166	477889	Capa de chuva amarelo com capuz em PVC	Unidade	8
167	432757	Guarda-chuva de cabo longo	Unidade	8
168	617113	Jogo de Ferramentas Titanium 5456 com 200 Peças e Maleta	Unidade	1

GRUPO 17 - COPA E COZINHA - PFN/MS				
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul				
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
169	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	15
170	385399	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,1 (um vírgula um) litro, com ampola interna em vidro ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2
171	468441	Garrafa térmica, capacidade nominal de 2,5 (dois vírgula cinco) litros, com ampola interna em vidro ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	4
172	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	2
173	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	12

GRUPO 18 - MATERIAIS DE LIMPEZA - PFN/MS				
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul				
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
174	310507	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	4
175	234431	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	10
176	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	50
177	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote. c/ 4	10
178	343902	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	4

GRUPO 19 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - PFN/MS				
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul				
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT

179	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	10
180	295662	Conector RJ45 macho, categoria 5e, para cabo de rede.	Unidade	30
181	232306	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	10
182	354947	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	6
183	437542	Lâmpada LED tubular T8, comprimento de 1.200 mm, potência de 18 W, bivolt, fluxo luminoso mínimo de 1.500 lm, temperatura de cor mínima de 6.000 K, fator de potência superior a 0,92.	Unidade	100

GRUPO 20 - CAFÉ (CAMPO GRANDE)				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
184	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Embalagem 500g	300
185	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Embalagem 500g	600
186	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 500g	1000
187	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 500g	350
188	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS	Embalagem 500g	150

GRUPO 21 - AÇÚCAR (CAMPO GRANDE)				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
189	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Embalagem 2 kg	100
190	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Embalagem 2 kg	400
191	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 2 kg	600
192	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 2 kg	150

GRUPO 22 - ÁGUA (CAMPO GRANDE)				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
193	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de MS - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Garrafão 20 litros	200
194	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul - ABINS/MS Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Garrafão 20 litros	240
195	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Garrafão 20 litros	2000

196	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS	Garrafão 20 litros	250
197	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS	Garrafão 20 litros	400

GRUPO 23 - ÁGUA (DOURADOS)				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
198	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	Garrafão 20 litros	400

GRUPO 24 - GÁS (CAMPO GRANDE)				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
199	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	12
200	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	15
201	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul - ABINS/MS Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	3
202	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	13 Kg	20
203	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS	13 Kg	12
204	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS	13 Kg	1

GRUPO 25 - GÁS (DOURADOS)				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
205	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	13 Kg	5

12. ESTIMATIVAS DE CONSUMO POR ÓRGÃO PARTICIPANTE E ÓRGÃO GERENCIADOR

- 12.1. As estimativas de consumo apresentadas contemplam o órgão gerenciador, a SRA/MS, e os demais órgãos e entidades participantes, conforme demandas formalizadas nos respectivos Documentos de Formalização de Demanda (DFD) e consolidadas no âmbito do processo administrativo
- 12.2. A planilha a seguir apresenta as estimativas de consumo dos materiais de consumo, organizadas por Grupos, contendo a descrição do material, a unidade de fornecimento, os limites de requisição mínima e máxima, bem como a quantidade total estimada.
- 12.3. A coluna “Requisição mínima” indica o quantitativo mínimo estimado passível de solicitação por requisição individual, não configurando obrigação de consumo ou de contratação mínima, sendo admitida a requisição em quantitativos inferiores ou nulos, conforme a efetiva necessidade da Administração.
- 12.4. A coluna “Requisição máxima” representa o quantitativo máximo estimado por requisição individual, estabelecido com a finalidade de subsidiar o planejamento logístico, o controle do fornecimento e a gestão da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da possibilidade de requisições sucessivas, observados os limites da quantidade total estimada.
- 12.5. A coluna “Quantidade total” corresponde à estimativa global de consumo do item durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apurada com base nas demandas formalizadas pelos órgãos participantes por meio dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), possuindo caráter meramente estimativo, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

GRUPO 1 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SRA/MS Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL

1	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	0	50	50
2	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	0	260	260

<div>GRUPO 2 - COPA E COZINHA - SRA/MS</div> <div>Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
3	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	0	6	6
4	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 40 x 30 cm.	Unidade	0	5	5
5	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	24	24
6	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	5	5
7	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	0	40	40
8	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	2	2
9	Garrafão para água mineral, confeccionado em plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	0	50	50
10	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	0	30	30
11	Peneira de cozinha para chá, diâmetro aproximado de 12 cm.	Unidade	0	5	5
12	Porta - copo em PVC emborrachado, cor preta, diâmetro total aproximado de 120 mm e base de 90 mm.	Unidade	0	100	100
13	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	0	6	6
14	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	0	6	6
15	Garfo de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável.	Unidade	0	30	30
16	Faca de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável	Unidade	0	30	30
17	Toalha de mesa plástica, 1,40 × 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	0	12	12
18	Toalha de mesa em tecido Oxford, dimensões aproximadas de 1,10 m × 2,10 m.	Unidade	0	6	6

<div>GRUPO 3 - MATERIAIS DE LIMPEZA - SRA/MS</div> <div>Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
19	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	0	20	20
20	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	0	200	200
21	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote. c/ 4	0	40	40
22	Esponja de lã de aço para limpeza doméstica, abrasividade mínima.	Pacote C/ 8	0	20	20
23	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 × 30 cm.	Unidade	0	30	30
24	Hipoclorito de sódio em comprimido efervescente, concentração de 31,75%.	Unidade	0	50	50
25	Produto limpa - pedra para limpeza de superfícies.	Galão 5 litros	0	5	5
26	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade aproximada de 50 L.	Unidade	0	5	5
27	Passadeira antiderrapante emborrachada, comprimento aproximado de 2,30 m.	Unidade	0	3	3
28	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura aproximada de 80 cm.	Unidade	0	3	3
29	Porta - sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	0	2	2
30	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	0	6	6
31	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	0	6	6
32	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Unidade	0	100	100
33	Vassoura de pelo sintético, cepa de 60 cm, com cabo de aproximadamente 1,50 m.	Unidade	0	6	6

<div>GRUPO 4 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRA/MS</div> <div>Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
34	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	0	20	20
35	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	0	10	10
36	Lâmpada led. Tensão nominal: bivolt v. Potência nominal: 18 w. Tipo base: e-27. Cor: branca. Aplicação: para uso em geral. Temperatura de cor: 600 k. Frequência nominal: 50/60 hz (para área interna).	Unidade	0	50	50
37	Lâmpada LED, base E27, potência de 30 W, bivolt, luz branca, temperatura de cor de 6.000 K, frequência de 50/60 Hz, para uso geral e área externa.	Unidade	0	30	30
38	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 24 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 30 × 30 cm.	Unidade	0	10	10

39	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 30 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 40 × 40 cm.	Unidade	0	10	10
40	Refletor LED RGB, potência de 100 W, grau de proteção IP67, para uso externo, com controle remoto.	Unidade	0	10	10
41	Refletor LED branco, potência de 100 W, grau de proteção IP67, tipo holofote.	Unidade	0	10	10

GRUPO 5 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - CGU-R/MS					
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul					
Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
42	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	0	40	40
43	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com bico dosador.	frasco 100 ml.	0	10	10
44	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	0	220	220
45	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 uni.	0	20	20

GRUPO 6 - COPA E COZINHA - CGU-R/MS					
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul					
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
46	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	0	10	10
47	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	0	1	1
48	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiriço, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	10	10
49	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	0	30	30
50	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 un.	0	100	100
51	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	40	40
52	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	5	5
53	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	5	5
54	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	0	5	5
55	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	0	30	30
56	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	0	20	20

GRUPO 7 - MATERIAIS DE LIMPEZA - CGU-R/MS					
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul					
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
57	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	0	100	100
58	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	0	5	5
59	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	0	5	5
60	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	0	30	30
61	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	0	100	100
62	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote. c/ 4	0	12	12
63	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 × 30 cm.	Unidade	0	30	30
64	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	0	5	5
65	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 × 50 cm.	Unidade	0	10	10
66	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura aproximada de 80 cm.	Unidade	0	3	3
67	Inseticida aerossol à base de permetrina e imiprotrina, nas concentrações de 0,069% e 0,015%.	Frasco 300 ML	0	40	40
68	Porta - sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	0	2	2
69	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 100 L, cor preta.	Pacote 25 un.	0	100	100
70	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 30 L, cor preta.	Pacote 100 un.	0	100	100
71	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 50 L, cor preta.	Pacote 100 um.	0	100	100
72	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	0	40	40

GRUPO 8 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - CGU-R/MS					
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul					
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
73	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	0	5	5
74	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	0	5	5
75	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	0	5	5
76	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	0	5	5
77	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	0	5	5
78	Lâmpada LED tubular, base E27, potência de 12 W, bivolt, luz branca fria, para uso interno.	Unidade	0	10	10
79	Lâmpada LED compacta, base E27, potência de 12 W, bivolt, temperatura de cor de 6.400 K.	Unidade	0	10	10
80	Lâmpada LED de alta potência, base E27, potência de 50 W, bivolt, fluxo luminoso de aproximadamente 4.500 lm.	Unidade	0	10	10
81	Luminária pública LED, corpo em alumínio injetado de alta pressão, potência de 40 W, bivolt, luz branca fria.	Unidade	0	5	5

<div>GRUPO 9 - MATERIAIS DIVERSOS - CGU-R/MS</div> <div>Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
82	Chaveiro em PVC, formato quadrado, dimensões aproximadas de 3,5 × 4 cm, cores sortidas, com argola niquelada, para identificação de chaves.	Unidade	0	20	20
83	Descanso para pés, estrutura em madeira, dimensões aproximadas de 48 × 30 cm, com inclinação para frente e para trás.	Unidade	0	10	10

<div>GRUPO 10 - COPA E COZINHA - SRTE/MS</div> <div>Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
84	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	0	15	15
85	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	0	10	10
86	Caneca, material alumínio, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	3	3
87	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	100	100
88	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	3	3
89	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	0	60	60
90	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	0	500	500
91	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	20	20
92	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	3	3
93	Faca de mesa, com lâmina confeccionada em aço inoxidável e cabo igualmente em aço inoxidável, corpo inteiriço, resistente à corrosão, acabamento adequado para uso alimentar, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	2	2
94	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	20	20
95	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	0	5	5
96	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	0	30	30
97	Porta - copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	0	20	20
98	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	0	4	4
99	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	0	4	4
100	Suporte dispensador para copos descartáveis de 200 ml, em plástico, com sistema poupa-copo, capacidade para até 100 copos, cor branca, dimensões aproximadas de 50 × 19 × 16 cm.	Unidade	0	20	20
101	Toalha de mesa plástica, 1,40 × 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	0	3	3
102	Toalha de mesa em tecido Oxford, formato retangular, cor branca, dimensões aproximadas de 1,50 m × 4,0 m.	Unidade	0	3	3
103	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	0	24	24

<div>GRUPO 11 - MATERIAIS DE LIMPEZA - SRTE/MS</div> <div>Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
104	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	0	10	10
105	Álcool etílico 70% (v/v), em gel, com emoliente.	Frasco 500 ml	0	100	100
106	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	0	120	120
107	Balde em aço inoxidável, formato cilíndrico, com alça metálica, capacidade aproximada de 25 L.	Unidade	0	3	3
108	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	0	3	3
109	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	0	30	30
110	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	0	20	20
111	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	0	200	200
112	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote. c/ 4	0	150	150
113	Flanela em algodão, cor amarela, dimensões aproximadas de 40 × 60 cm.	Unidade	0	24	24
114	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade aproximada de 50 L.	Unidade	0	20	20
115	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	0	2	2
116	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 × 50 cm.	Unidade	0	60	60
117	Pasta de alumínio para limpeza e polimento de utensílios de copa e cozinha.	Pote 500g	0	10	10
118	Porta - sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	0	5	5
119	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	0	3	3
120	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	0	3	3
121	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Barra 200g	0	150	150
122	Sabão em pó para limpeza geral, biodegradável.	Caixa 1 kg	0	50	50
123	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	0	50	50

<div>GRUPO 12- MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRTE/MS</div> <div>Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
124	Adaptador de tomada tipo T, conversão de plugue tripolar para bipolar.	Unidade	0	100	100
125	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	0	30	30
126	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	0	30	30
127	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	0	30	30
128	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	0	50	50
129	Conector RJ45 macho, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	0	30	30
130	Conector RJ45 fêmea, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	0	30	30
131	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	0	20	20
132	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	0	100	100
133	Plugue macho, 2P+T, 10 A, pinos cilíndricos, corpo em plástico, cor cinza, para extensão elétrica.	Unidade	0	30	30

<div>GRUPO 13 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SPU/MS</div> <div>Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Joaquim Murtinho, n° 65, CEP 79002-100 - 1° Andar, Centro, Campo Grande - MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
134	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	0	4	4
135	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com bico dosador.	frasco, 100 ml.	0	4	4
136	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	0	50	50
137	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 un.	0	100	100
138	Açúcar refinado branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega.	embalagem 1kg	0	15	15

<div>GRUPO 14 - COPA E COZINHA - SPU/MS</div> <div>Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Joaquim Murtinho, n° 65, CEP 79002-100 - 1° Andar, Centro, Campo Grande - MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
139	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	0	4	4
140	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	0	4	4
141	Caneca, material alumínio, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento	Unidade	0	2	2

	adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.				
142	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	10	10
143	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiriço, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	12	12
144	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	0	20	20
145	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	0	500	500
146	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	2	2
147	Fósforo comum, corpo confeccionado em madeira, tipo curto, acondicionado em pacote contendo 10 (dez) caixinhas, indicado para uso geral em atividades de copa e cozinha.	Pacote C/10	0	2	2
148	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	2	2
149	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	8	8
150	Garrafão para água mineral, confeccionado em plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	0	6	6
151	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	0	2	2
152	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	0	6	6
153	Porta - copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	0	12	12
154	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	0	2	2
155	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	0	3	3
156	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	0	6	6
157	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	0	6	6

<div>GRUPO 15 - BANDEIRAS - SPU/MS</div> <div>Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
158	Bandeira do Estado do Mato Grosso do Sul, em tergal, 160 × 112 cm, conforme projeto oficial, com ilhoses e brasão bordado.	Unidade	0	3	3
159	Bandeira nacional do Brasil, em náilon, 4 panos, dupla face, 256 × 180 cm.	Unidade	0	3	3
160	Bandeira do Município de Campo Grande – MS, em tergal, dimensões aproximadas de 128 × 90 cm, 2 panos, conforme projeto oficial, estampa digital dupla face, gramatura mínima de 170 g/m².	Unidade	0	3	3
161	Kit suporte para bandeiras, base em madeira revestida em laminado na cor mogno, com acabamento em canopla cromada, acompanhado de 3 mastros de 2,20 m, com encaixe para mastro de 28 mm, indicado para bandeiras de 0,90 × 1,28 m e 1,12 × 1,60 m, dimensões da base de 24 × 15 × 46 cm.	Unidade	0	1	1

<div>GRUPO 16 - MATERIAIS DIVERSOS - SPU/MS</div> <div>Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
162	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	0	4	4
163	Trena 50 metros	Unidade	0	2	2
164	Trena 5 metros	Unidade	0	2	2
165	Facão e bainha para mato 18 polegadas	Unidade	0	3	3
166	Capa de chuva amarelo com capuz em PVC	Unidade	0	8	8
167	Guarda-chuva de cabo longo	Unidade	0	8	8
168	Jogo de Ferramentas Titanium 5456 com 200 Peças e Maleta	Unidade	0	1	1

<div>GRUPO 17 - COPA E COZINHA - PFN/MS</div> <div>Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul</div> <div>Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS</div>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
169	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	0	15	15
170	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,1 (um vírgula um) litro, com ampola interna em vidro ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	2	2
171	Garrafa térmica, capacidade nominal de 2,5 (dois vírgula cinco) litros, com ampola interna em vidro ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	0	4	4

172	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	0	2	2
173	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	0	12	12

GRUPO 18 - MATERIAIS DE LIMPEZA - PFN/MS Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
174	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	0	4	4
175	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	0	10	10
176	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	0	50	50
177	Esponha de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote. c/ 4	0	10	10
178	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	0	4	4

GRUPO 19 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - PFN/MS Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
179	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	0	10	10
180	Conector RJ45 macho, categoria 5e, para cabo de rede.	Unidade	0	30	30
181	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	0	10	10
182	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	0	6	6
183	Lâmpada LED tubular T8, comprimento de 1.200 mm, potência de 18 W, bivolt, fluxo luminoso mínimo de 1.500 lm, temperatura de cor mínima de 6.000 K, fator de potência superior a 0,92.	Unidade	0	100	100

GRUPO 20 - CAFÉ (CAMPO GRANDE)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
184	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	Embalagem 500g	0	300	300
185	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	Embalagem 500g	0	600	600
186	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 500g	0	1000	1000
187	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 500g	0	350	350
188	Café, torrado, moído, pó, a vácuo, tradicional ou extra forte. Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS	Embalagem 500g	0	150	150

GRUPO 21 - AÇÚCAR (CAMPO GRANDE)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
189	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	Embalagem 2 kg	0	100	100
190	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	Embalagem 2 kg	0	400	400
191	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 2 kg	0	600	600
192	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 2 kg	0	150	150

GRUPO 22 - ÁGUA (CAMPO GRANDE)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
193	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de MS - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, n°139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Garrafão 20 litros	0	200	200
194	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul - ABINS/MS Rua Pimenta Bueno, n°139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Garrafão 20 litros	0	240	240
195	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Garrafão 20 litros	0	2000	2000
196	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, n°65, CEP 79002-100 - 1° Andar, Centro, Campo Grande - MS	Garrafão 20 litros	0	250	250
197	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS	Garrafão 20 litros	0	400	400

GRUPO 23 - ÁGUA (DOURADOS)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
198	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	Garrafão 20 litros	0	400	400

GRUPO 24 - GÁS (CAMPO GRANDE)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
199	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, n°139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	0	12	12
200	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, n°139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	0	15	15
201	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul - ABINS/MS Rua Pimenta Bueno, n°139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	0	3	3
202	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	13 Kg	0	20	20
203	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, n°65, CEP 79002-100 - 1° Andar, Centro, Campo Grande - MS	13 Kg	0	12	12
204	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande - MS	13 Kg	0	1	1

GRUPO 25 - GÁS (DOURADOS)					
---------------------------	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
205	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	13 Kg	0	5	5

13. **LOCAIS DE ENTREGA E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO**

13.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h, exceto feriados, salvo orientação diversa expressamente informada pelo órgão demandante.

13.2. Não serão aceitas entregas fora do horário estabelecido, em finais de semana ou feriados, sem autorização formal do órgão solicitante.

SRA/MS - GRUPOS 1, 2, 3 e 4 - ITENS 184, 189, 193 e 199.
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul (SRA/MS) Rua Pimenta Bueno, nº139 - CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande - MS Contato: Sr. Wyllians Verissimo da Silva - e-mail: wyllians.silva@gestao.gov.br Telefone: (67) 3345-4115

CGU-R/MS - GRUPOS 5, 6, 7, 8 e 9 - ITENS 185, 190 e 200.
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU-R/MS) Rua Pimenta Bueno, nº139 - CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande - MS Contato: Sr. Rafael Fontes Fernandes - e-mail: rafael.fernandes@cgu.gov.br Telefone: (67) 3303 4450

ABIN/MS - ITENS 194 e 201
Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul (ABIN/MS) Rua Pimenta Bueno, nº139 - CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande - MS Contato: Sr. Fernando Jorge Matoso Braga - e-mail: fernando.7352@abin.gov.br Telefone: (67) 2106 2627

SRTE/MS - GRUPOS 10, 11, 12 e ITENS 186, 191,195 e 202.
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul (SRTE/MS) Rua Treze de Maio, 3.214 - CEP 79002-356 - Centro - Campo Grande - MS Contato: Sr. Ismael Ferreira de Arruda - e-mail: ismael.arruda@trabalho.gov.br Telefone: (67) 3901 3001

SPU/MS - GRUPOS 13, 14, 15, 16 e ITENS 187, 192, 196 e 203.
Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul (SPU/MS) Rua Joaquim Murtinho, nº65 - CEP 79002-100 - Centro - Campo Grande - MS Contato: Sr. Paulo Ricardo Condi - e-mail: paulo.condi@gestao.gov.br Telefone: (67) 3383 4040

PFN/MS - GRUPOS 17, 18, 19 e ITENS 188, 197 e 204.
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul (PFN/MS) Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037-902 - Jardim Veraneio Campo Grande - MS Contato: Sra. Neide Cristina Lima Machado - e-mail: neide.fagundes@pgfn.gov.br Telefone: (67) 3318 7440

GRTE/MS - ITENS 198 e 205
Gerência Regional do Trabalho e Emprego - GRTE/DOU Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 798023-070 Dourados - MS Contato: Sra. Débora Rocha Silva Assunção - e-mail: debora.rocha@trabalho.gov.br Telefone: (67) 3902 1042

14. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. O presente Caderno de Especificações integra o Termo de Referência como Anexo 2, devendo ser observado de forma conjunta com os demais instrumentos da contratação.

14.2. As especificações técnicas, os quantitativos estimados, as unidades de fornecimento e os demais requisitos estabelecidos neste documento possuem caráter vinculante, devendo ser integralmente observados pelos licitantes e pela contratada.

14.3. A apresentação de proposta implica a plena concordância com as condições estabelecidas neste Caderno de Especificações, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento ou divergência quanto às exigências técnicas.

14.4. Na hipótese de divergência entre as disposições deste Caderno de Especificações e os demais documentos da contratação, prevalecerá a interpretação que melhor atenda ao interesse público, à finalidade da contratação e aos princípios da legalidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

14.5. Eventuais omissões ou lacunas nas especificações técnicas deverão ser supridas com base nos princípios da razoabilidade, da boa-fé e da finalidade da contratação, vedada a imposição de exigências não previstas ou a adoção de critérios subjetivos.

14.6. A interpretação das especificações técnicas deverá observar critérios objetivos, sendo vedada a adoção de entendimento que restrinja indevidamente a competitividade ou que amplie o escopo do objeto contratado.

14.7. Os casos não previstos neste Caderno de Especificações serão resolvidos pela Administração, com base na legislação aplicável, nos demais instrumentos da contratação e nos princípios que regem a Administração Pública.

JORGE YABUSAME
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Engenheiro(a)**, em 02/06/2026, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61829541** e o código CRC **21CF53EE**.



ANEXO 2 EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO LANCE OFERTADO

1. ORIENTAÇÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

1.1. Caso o licitante provisoriamente classificado necessite de planilha editável em formato Excel, contendo os grupos e itens da proposta de preços para auxiliar na sua elaboração, poderá solicitá-la pelo e-mail **epcon.sra.ms@gestao.gov.br**, devendo indicar no campo ASSUNTO: **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**.

1.2. Elaborar a proposta de preços em papel com identificação da empresa contendo:

- a) CNPJ;
- b) Razão social/nome de fantasia;
- c) Endereço completo;
- d) Contato corporativo (e-mail, telefone fixo, celular, whatsapp, etc.)
- e) Prazo de validade da proposta;
- f) Data e local da elaboração da proposta;
- g) Assinatura do responsável;
- h) Identificação do responsável;

1.3. Ressalta-se, ainda, que os itens 3.1 a 3.6 (Declarações), indicados nas orientações para elaboração da proposta de preços, devem obrigatoriamente constar no corpo da proposta, sob pena de desclassificação.

2. MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

2.1. O licitante deverá apresentar proposta ajustada ao valor do lance final ofertado no sistema, observando integralmente os itens e grupos para os quais tenha apresentado proposta.

2.2. A proposta deverá contemplar exclusivamente os GRUPOS nos quais o licitante participou da disputa, sendo vedada a inclusão de grupos não disputados.

2.3. Caso o licitante tenha participado de mais de um grupo, poderá apresentar proposta consolidada, desde que mantida a segregação por grupo.

2.4. O valor total do grupo apresentado na proposta ajustada deverá corresponder ao valor final do lance vencedor para aquele grupo.

GRUPO 1 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SRA/MS Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambá - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
1	407523	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	50		
2	249803	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	260		
Total Grupo 1:						R\$ 0,00
GRUPO 2 - COPA E COZINHA - SRA/MS Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambá - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
3	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	6		
4	294602	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 40 x 30 cm.	Unidade	5		
5	440719	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	24		
6	465662	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5		
7	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	40		
8	242731	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2		
9	402921	Garrafão para água mineral, confeccionado em plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	50		
10	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30		
11	224607	Peneira de cozinha para chá, diâmetro aproximado de 12 cm.	Unidade	5		
12	610190	Porta-copo em PVC emborrachado, cor preta, diâmetro total aproximado de 120 mm e base de 90 mm.	Unidade	100		
13	376292	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	6		
14	443879	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	6		
15	219016	Garfo de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável.	Unidade	30		
16	219008	Faca de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável	Unidade	30		
17	286844	Toalha de mesa plástica, 1,40 x 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	12		
18	465790	Toalha de mesa em tecido Oxford, dimensões aproximadas de 1,10 m x 2,10 m.	Unidade	6		
Total Grupo 2:						R\$ 0,00
GRUPO 3 - MATERIAIS DE LIMPEZA - SRA/MS Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambá - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
19	310507	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	20		

20	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	200		
21	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	40		
22	225902	Esponja de lã de aço para limpeza doméstica, abrasividade mínima.	Pacote Com 8	20		
23	420506	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 x 30 cm.	Unidade	30		
24	455060	Hipoclorito de sódio em comprimido efervescente, concentração de 31,75%.	Unidade	50		
25	627261	Produto limpa-pedra para limpeza de superfícies.	Galão 5 litros	5		
26	440825	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade aproximada de 50 L.	Unidade	5		
27	445141	Passadeira antiderrapante emborrachada, comprimento aproximado de 2,30 m.	Unidade	3		
28	445141	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura aproximada de 80 cm.	Unidade	3		
29	260095	Porta-sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	2		
30	232371	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	6		
31	343902	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	6		
32	298406	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Unidade	100		
33	438600	Vassoura de pelo sintético, cepa de 60 cm, com cabo de aproximadamente 1,50 m.	Unidade	6		
Total Grupo 3:						R\$ 0,00

GRUPO 4 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRA/MS Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
34	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	20		
35	354947	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	10		
36	614454	Lâmpada led. Tensão nominal: bivolt v. Potência nominal: 18 w. Tipo base: e-27. Cor: branca. Aplicação: para uso em geral. Temperatura de cor: 600 k. Frequência nominal: 50/60 hz (para área interna).	Unidade	50		
37	614455	Lâmpada LED, base E27, potência de 30 W, bivolt, luz branca, temperatura de cor de 6.000 K, frequência de 50/60 Hz, para uso geral e área externa.	Unidade	30		
38	624051	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 24 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 30 x 30 cm.	Unidade	10		
39	622837	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 30 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 40 x 40 cm.	Unidade	10		
40	607945	Refletor LED RGB, potência de 100 W, grau de proteção IP67, para uso externo, com controle remoto.	Unidade	10		
41	633424	Refletor LED branco, potência de 100 W, grau de proteção IP67, tipo holofote.	Unidade	10		
Total Grupo 4:						R\$ 0,00

GRUPO 5 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
42	407523	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	40		
43	243962	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com bico dosador.	frasco 100 ml.	10		
44	249803	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	220		

45	327685	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 uni.	20		
Total Grupo 5:						R\$ 0,00

GRUPO 6 - COPA E COZINHA - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
46	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	10		
47	453730	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	1		
48	230563	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiriço, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	10		
49	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	30		
50	419309	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 un.	100		
51	419317	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	40		
52	246535	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5		
53	308953	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5		
54	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	5		
55	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30		
56	220097	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	20		
Total Grupo 6:						R\$ 0,00

GRUPO 7 - MATERIAIS DE LIMPEZA - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
57	277541	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	100		
58	321573	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	5		
59	361502	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	5		
60	234431	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	30		
61	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	100		
62	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	12		
63	420506	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 x 30 cm.	Unidade	30		
64	378076	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	5		

65	396308	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 x 50 cm.	Unidade	10		
66	445141	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura aproximada de 80 cm.	Unidade	3		
67	391281	Inseticida aerossol à base de permetrina e imiprotrina, nas concentrações de 0,069% e 0,015%.	Frasco 300 ML	40		
68	260095	Porta-sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	2		
69	226094	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 100 L, cor preta.	Pacote 25 un.	100		
70	226092	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 30 L, cor preta.	Pacote 100 un.	100		
71	394459	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 50 L, cor preta.	Pacote 100 um.	100		
72	454030	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	40		
Total Grupo 7:						R\$ 0,00

GRUPO 8 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
73	386071	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	5		
74	382273	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5		
75	395738	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5		
76	407480	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5		
77	232306	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	5		
78	431797	Lâmpada LED tubular, base E27, potência de 12 W, bivolt, luz branca fria, para uso interno.	Unidade	10		
79	437691	Lâmpada LED compacta, base E27, potência de 12 W, bivolt, temperatura de cor de 6.400 K.	Unidade	10		
80	439278	Lâmpada LED de alta potência, base E27, potência de 50 W, bivolt, fluxo luminoso de aproximadamente 4.500 lm.	Unidade	10		
81	446068	Luminária pública LED, corpo em alumínio injetado de alta pressão, potência de 40 W, bivolt, luz branca fria.	Unidade	5		
Total Grupo 8:						R\$ 0,00

GRUPO 9 - MATERIAIS DIVERSOS - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
82	372764	Chaveiro em PVC, formato quadrado, dimensões aproximadas de 3,5 x 4 cm, cores sortidas, com argola niquelada, para identificação de chaves.	Unidade	20		
83	324299	Descanso para pés, estrutura em madeira, dimensões aproximadas de 48 x 30 cm, com inclinação para frente e para trás.	Unidade	10		
Total Grupo 9:						R\$ 0,00

GRUPO 10 - COPA E COZINHA - SRTE/MS Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
84	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	15		
85	453730	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	10		

86	259417	Caneca, material alumínio, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3		
87	440719	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	100		
88	465662	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3		
89	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	60		
90	419309	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	500		
91	419317	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	20		
92	242731	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3		
93	240329	Faca de mesa, com lâmina confeccionada em aço inoxidável e cabo igualmente em aço inoxidável, corpo inteiriço, resistente à corrosão, acabamento adequado para uso alimentar, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2		
94	308953	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	20		
95	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	5		
96	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30		
97	347753	Porta-copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	20		
98	376292	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	4		
99	443879	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	4		
100	355929	Suporte dispensador para copos descartáveis de 200 ml, em plástico, com sistema poupa-copo, capacidade para até 100 copos, cor branca, dimensões aproximadas de 50 x 19 x 16 cm.	Unidade	20		
101	286844	Toalha de mesa plástica, 1,40 x 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	3		
102	450227	Toalha de mesa em tecido Oxford, formato retangular, cor branca, dimensões aproximadas de 1,50 m x 4,0 m.	Unidade	3		
103	220126	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	24		
Total Grupo 10:						R\$ 0,00

Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
104	310507	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	10		
105	380018	Álcool etílico 70% (v/v), em gel, com emoliente.	Frasco 500 ml	100		
106	277541	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	120		
107	470452	Balde em aço inoxidável, formato cilíndrico, com alça metálica, capacidade aproximada de 25 L.	Unidade	3		
108	321573	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	3		
109	361502	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	30		
110	234431	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	20		
111	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	200		
112	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote com 4	150		
113	240448	Flanela em algodão, cor amarela, dimensões aproximadas de 40 × 60 cm.	Unidade	24		
114	440825	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade aproximada de 50 L.	Unidade	20		
115	378076	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	2		
116	396308	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 × 50 cm.	Unidade	60		
117	287791	Pasta de alumínio para limpeza e polimento de utensílios de copa e cozinha.	Pote 500g	10		
118	260095	Porta-sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	5		
119	232371	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	3		
120	343902	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	3		
121	298406	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Barra 200g	150		
122	324827	Sabão em pó para limpeza geral, biodegradável.	Caixa 1 kg	50		
123	454030	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	50		
Total Grupo 11:						R\$ 0,00
GRUPO 12- MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRTE/MS						
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul						
Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
124	232306	Adaptador de tomada tipo T, conversão de plugue tripolar para bipolar.	Unidade	100		
125	386071	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	30		
126	382273	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	30		
127	395738	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	30		
128	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	50		
129	375963	Conector RJ45 macho, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	30		
130	469535	Conector RJ45 fêmea, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	30		
131	407480	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	20		

132	232306	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	100		
133	421483	Plugue macho, 2P+T, 10 A, pinos cilíndricos, corpo em plástico, cor cinza, para extensão elétrica.	Unidade	30		
Total Grupo 12:						R\$ 0,00

GRUPO 13 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SPU/MS Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
134	407523	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	4		
135	243962	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com bico dosador.	frasco 100 ml.	4		
136	249803	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem 250g	50		
137	327685	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 un.	100		
138	463998	Açúcar refinado branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega.	embalagem 1kg	15		
Total Grupo 13:						R\$ 0,00

GRUPO 14 - COPA E COZINHA - SPU/MS Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
139	393509	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	4		
140	453730	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	4		
141	259417	Caneca, material alumínio, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2		
142	440719	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	10		
143	230563	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiriço, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	12		
144	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	20		
145	419309	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	500		
146	242731	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2		
147	279329	Fósforo comum, corpo confeccionado em madeira, tipo curto, acondicionado em pacote contendo 10 (dez) caixinhas, indicado para uso geral em atividades de copa e cozinha.	Pacote com 10	2		
		Cafeteira térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em				

148	246535	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2		
149	308953	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	8		
150	402921	Garrafão para água mineral, confeccionado em plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	6		
151	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	2		
152	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	6		
153	347753	Porta-copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	12		
154	376292	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	2		
155	443879	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	3		
156	220097	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	6		
157	220126	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	6		
Total Grupo 14:						R\$ 0,00

GRUPO 15 - BANDEIRAS - SPU/MS Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
158	320740	Bandeira do Estado do Mato Grosso do Sul, em tergal, 160 × 112 cm, conforme projeto oficial, com ilhoses e brasão bordado.	Unidade	3		
159	487212	Bandeira nacional do Brasil, em náilon, 4 panos, dupla face, 256 × 180 cm.	Unidade	3		
160	224464	Bandeira do Município de Campo Grande – MS, em tergal, dimensões aproximadas de 128 × 90 cm, 2 panos, conforme projeto oficial, estampa digital dupla face, gramatura mínima de 170 g/m².	Unidade	3		
161	271195	Kit suporte para bandeiras, base em madeira revestida em laminado na cor mogno, com acabamento em canopla cromada, acompanhado de 3 mastros de 2,20 m, com encaixe para mastro de 28 mm, indicado para bandeiras de 0,90 × 1,28 m e 1,12 × 1,60 m, dimensões da base de 24 × 15 × 46 cm.	Unidade	1		
Total Grupo 15:						R\$ -

GRUPO 16 - MATERIAIS DIVERSOS - SPU/MS Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
162	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	4		
163	484541	Trena 50 metros	Unidade	2		
164	393216	Trena 5 metros	Unidade	2		
165	452373	Facão e bainha para mato 18 polegadas	Unidade	3		
166	477889	Capa de chuva amarelo com capuz em PVC	Unidade	8		
167	432757	Guarda-chuva de cabo longo	Unidade	8		
168	617113	Jogo de Ferramentas Titanium 5456 com 200 Peças e Maleta	Unidade	1		
Total Grupo 16:						R\$ -

GRUPO 17 - COPA E COZINHA - PFN/MS Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
169	293188	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	15		

170	385399	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,1 (um vírgula um) litro, com ampola interna em vidro ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2		
171	468441	Garrafa térmica, capacidade nominal de 2,5 (dois vírgula cinco) litros, com ampola interna em vidro ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	4		
172	356505	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	2		
173	321633	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	12		
Total Grupo 17:						R\$ -

GRUPO 18 - MATERIAIS DE LIMPEZA - PFN/MS Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
174	310507	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	4		
175	234431	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	10		
176	453373	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	50		
177	419326	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	10		
178	343902	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	4		
Total Grupo 18:						R\$ -

GRUPO 19 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - PFN/MS Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
179	396476	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	10		
180	295662	Conector RJ45 macho, categoria 5e, para cabo de rede.	Unidade	30		
181	232306	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	10		
182	354947	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	6		
183	437542	Lâmpada LED tubular T8, comprimento de 1.200 mm, potência de 18 W, bivolt, fluxo luminoso mínimo de 1.500 lm, temperatura de cor mínima de 6.000 K, fator de potência superior a 0,92.	Unidade	100		
Total Grupo 19						R\$ -

GRUPO 20 - CAFÉ (CAMPO GRANDE)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
184	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Embalagem 500g	300		
185	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Embalagem 500g	600		
186	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul -	Embalagem 500g	1000		

		SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS				
187	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	Embalagem 500g	350		
188	463589	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS	Embalagem 500g	150		
Total Grupo 20:						R\$ -

GRUPO 21 - AÇÚCAR (CAMPO GRANDE)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
189	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Embalagem 2 kg	100		
190	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Embalagem 2 kg	400		
191	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 2 kg	600		
192	463989	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	Embalagem 2 kg	150		
Total Grupo 21:						R\$ -

GRUPO 22 - ÁGUA (CAMPO GRANDE)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
193	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de MS - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	Garrafão 20 litros	200		
194	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul - ABINS/MS	Garrafão 20 litros	240		

		Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS				
195	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Garrafão 20 litros	2000		
196	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	Garrafão 20 litros	250		
197	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS	Garrafão 20 litros	400		
Total Grupo 22:						R\$ -

GRUPO 23 - ÁGUA (DOURADOS)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
198	445485	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	Garrafão 20 litros	400		
Total Grupo 23:						R\$ -

GRUPO 24 - GÁS (CAMPO GRANDE)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
199	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	12		
200	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS	13 Kg	15		
201	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul - ABINS/MS	13 Kg	2		

201	461517	ADINS/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	13 Kg	5		
202	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	13 Kg	20		
203	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	13 Kg	12		
204	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS	13 Kg	1		
Total Grupo 24:						R\$ -
GRUPO 25 - GÁS (DOURADOS)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
205	461517	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	13 Kg	5		
Total Grupo 25:						R\$ -

3. DECLARAÇÕES

- 3.1. Declaramos que os serviços cotados atendem integralmente às exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 90011/2025 e seus anexos, inclusive no que se refere às especificações e características técnicas, estando a empresa de pleno acordo com todas as condições previstas no instrumento convocatório.
- 3.2. Informamos que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto licitado, incluindo taxas administrativas, lucro, encargos trabalhistas, seguros, frete, mão de obra e demais despesas operacionais, compreendendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta estando excluídos da composição dos preços o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme legislação vigente.
- 3.3. Estabelecemos o prazo de validade da proposta em ____ dias (mínimo de 60 dias), contados a partir da data de sua apresentação.
- 3.4. Em caso de adjudicação do objeto, comprometemo-nos a receber a nota de empenho no prazo estipulado no edital, indicando para tanto o representante legal abaixo assinado.
- 3.5. Dados bancários para fins de pagamento:
- Nº Banco: _____
 - Banco: _____
 - Agência: _____
 - Conta-corrente: _____
- 3.6. Por fim, reiteramos que a proposta apresentada está em plena conformidade com todas as exigências do edital e seus anexos, e que os serviços ofertados atendem às especificações requeridas.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

JORGE YABUSAME
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Engenheiro(a)**, em 02/06/2026, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61848733** e o código CRC **B4414E86**.



ANEXO 3 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

1. ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO

1.1. A Declaração de Elaboração de Proposta Independente deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa licitante e conter, obrigatoriamente:

- a) Razão social e nome fantasia (se houver);
- b) Número do CNPJ;
- c) Endereço completo da empresa;
- d) Informações de contato (telefone e e-mail);
- e) Local e data de emissão;
- f) Nome completo, cargo e assinatura do representante legal da empresa, com poderes para firmar a declaração, admitida assinatura eletrônica válida.

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os fins do disposto no edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, regido pela Lei nº 14.133/2021, e sob as penas da lei, especialmente do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- I – a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer participação, comunicação, colaboração, ajuste ou influência de outros licitantes, reais ou potenciais;
- II – não houve troca de informações, prévia ou posterior, com concorrentes acerca da intenção de participar do certame ou do conteúdo da proposta apresentada;
- III – não buscou, nem buscará, influenciar de forma indevida a decisão de outros licitantes quanto à sua participação ou quanto ao conteúdo de suas propostas;
- IV – a proposta não foi discutida, revelada ou divulgada, no todo ou em parte, a qualquer agente público antes da abertura oficial das propostas, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;
- V – compromete-se a manter o caráter independente da proposta até a conclusão do certame;
- VI – está ciente das implicações legais desta declaração e declara possuir plenos poderes para firmá-la.

(Local), ____ de _____ de ____.

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Engenheiro(a)**, em 16/04/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57146329** e o código CRC **8B9D962A**.



ANEXO 4 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO FAMILIAR

1. ORIENTAÇÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO

- 1.1. A declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa licitante ou conter sua identificação completa, incluindo, no mínimo:
- a) número do CNPJ;
 - b) razão social e, se houver, nome fantasia;
 - c) endereço completo;
 - d) informações de contato (telefone e e-mail);
 - e) local e data de emissão;
 - f) nome completo, cargo e assinatura do representante legal da empresa, com poderes para firmar a declaração, admitida assinatura eletrônica válida.

2. DECLARAÇÃO DE VÍNCULO / NÃO VÍNCULO FAMILIAR

Pregão Eletrônico nº 90001/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os fins do disposto no edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, regido pela Lei nº 14.133/2021, que está ciente da vedação à prática de nepotismo no âmbito da Administração Pública, nos termos do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, e demais normas aplicáveis, e que:

() NÃO POSSUI vínculo de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, com ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança ou cargos de natureza equivalente no âmbito da Administração contratante.

() POSSUI vínculo de parentesco com agente público ocupante de cargo em comissão, função de confiança ou cargo de natureza equivalente no âmbito da Administração contratante, conforme informações abaixo:

- Grau de parentesco: _____
- Tipo de vínculo: () consanguinidade () afinidade
- Cargo, função ou natureza do vínculo ocupado pelo agente público: _____
- Órgão ou unidade de exercício do agente público: _____

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e completas, estando ciente de que a omissão ou prestação de informação falsa poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, especialmente aquelas previstas no art. 299 do Código Penal.

(Local) _____, ____ de _____ de 2026

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Engenheiro(a)**, em 16/04/2026, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57146371** e o código CRC **FBE54532**.



ANEXO 5 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

1. ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO

- 1.1. A declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa ou conter sua identificação completa, incluindo, no mínimo:
- a) número do CNPJ;
 - b) razão social e, se houver, nome fantasia;
 - c) endereço completo;
 - d) informações de contato (telefone e e-mail);
 - e) local e data de emissão;
 - f) nome completo, cargo e assinatura do representante legal da empresa, com poderes para firmar a declaração, admitida assinatura eletrônica válida.

2. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

Pregão eletrônico nº 90001/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os fins do disposto no edital do Pregão eletrônico nº 90001/2026, regido pela Lei nº 14.133/2021, que se enquadra na condição de:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI
() MICROEMPRESA – ME
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando, portanto, apta a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, quando aplicável.

Declara, ainda, sob as penas da lei, que não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como que as informações prestadas são verdadeiras e atualizadas.

Declara estar ciente de que a omissão ou prestação de informação falsa poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

JORGE YABUSAME
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57146391** e o código CRC **0F3508B8**.



ANEXO 6 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES DOS LOCAIS, INFORMAÇÕES E EXECUÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS

1. ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO

- 1.1. A declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa licitante ou conter sua identificação completa, incluindo, no mínimo:
- a) razão social e, se houver, nome fantasia;
 - b) número do CNPJ;
 - c) endereço completo;
 - d) informações de contato (telefone e e-mail);
 - e) local e data de emissão;
 - f) nome completo, cargo e assinatura do representante legal da empresa, com poderes para firmar a declaração, admitida assinatura eletrônica válida.

2. DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES DOS LOCAIS, INFORMAÇÕES E EXECUÇÃO DO CONTRATO

Pregão eletrônico nº 90001/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os fins do disposto no edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, regido pela Lei nº 14.133/2021, que possui pleno conhecimento:

- a) das condições físicas, operacionais e logísticas dos locais onde se dará a execução do objeto contratual, quando aplicável;
- b) das informações técnicas, administrativas e operacionais necessárias à adequada execução do contrato;
- c) do grau de complexidade e das condições que possam influenciar direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declara, ainda, estar ciente de que o desconhecimento das condições acima descritas não poderá ser invocado como fundamento para pleitear vantagens, reajustes, reequilíbrios econômico-financeiros ou quaisquer outras alterações contratuais, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

Declara, por fim, que todas as informações necessárias à formulação da proposta foram devidamente analisadas, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto, nos termos do edital e do futuro contrato.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

JORGE YABUSAME

Engenheiro

MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Engenheiro(a)**, em 16/04/2026, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57146413** e o código CRC **E5E6834D**.



ANEXO 08 EDITAL - MINUTA IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO V-B, da IN nº 05/2017 para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. OBJETIVOS A ATINGIR

2.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com elevados níveis de qualidade, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização do Instituto, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

3.2. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.3. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

4. SANÇÕES

4.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

4.2. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços

4.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

4.4. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo.

4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

4.6. A depender da abrangência da ocorrência, a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR mensal, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas mensais fica limitada ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

4.7. Para efeito de cálculo de Glosas, salvo se orientado de maneira específica nos quadros de indicadores do IMR, quando a referência para o cálculo for o valor da Medição Mensal, considerar-se-á o valor da medição correspondente à data da ocorrência do fato apontado. Quando não for possível afirmar tal data, considerar-se-á a data da constatação pela Fiscalização da CONTRATANTE.

5. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

5.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

5.2. Para tanto, serão quatro indicadores distintos que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cálculo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR		
CONFORME ANEXO V-B da IN 05/2017 - SEGES/MPDG		
Processo 11597.000111/2026-17 - Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2026 - Materiais de consumo		
INDICADORES		
1	EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE FORNECIMENTO	
2	CONFORMIDADE DOS MATERIAIS ENTREGUES	
3	REGULARIDADE NA DOCUMENTAÇÃO FISCAL E DE ENTREGA	
4	ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO	
INDICADOR Nº 01: EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE FORNECIMENTO		
Finalidade	Garantir a agilidade no atendimento das ordens de fornecimento emitidas pelos órgãos participantes, assegurando o abastecimento regular dos materiais de consumo.	
Meta a Cumprir	Atendimento de, no mínimo, 95% das ordens de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência ou na respectiva solicitação.	
Instrumento de Medição	Prazo decorrido entre a emissão da ordem de fornecimento e a data efetiva da entrega do material.	
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento pelo Fiscal designado, mediante controle das ordens de fornecimento, datas de emissão, notas fiscais e comprovantes de entrega.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviços.	
Ocorrências / Pontuação	Entrega fora do prazo estabelecido	1,0 ponto por ordem de fornecimento
	Atraso reiterado, caracterizado pelo descumprimento de prazos em mais de 30% das ordens emitidas no período de medição	3,0 ponto por período
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 02 – CONFORMIDADE DOS MATERIAIS ENTREGUES		
Finalidade	Avaliar a conformidade dos materiais entregues em relação às especificações técnicas, quantitativos e padrões mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência e na ata de registro de preços.	
Meta a Cumprir	100% dos materiais entregues em conformidade.	
Instrumento de Medição	Relação entre itens entregues em conformidade e o total de itens entregues no período.	
Forma de Acompanhamento	Inspeção física e conferência documental realizada pelo Fiscal no ato do recebimento provisório e definitivo.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Entrega de item em desacordo com especificação técnica.	0,5 ponto por equipamento
	Entrega de material divergente que resulte em recusa total ou parcial.	1,5 ponto por equipamento
	Substituição decorrente de erro de fornecimento.	1,0 pontos por equipamento
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	

Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 03 - REGULARIDADE NA DOCUMENTAÇÃO FISCAL E DE ENTREGA		
Finalidade	Assegurar que cada fornecimento seja acompanhado de documentação fiscal e administrativa correta, possibilitando o recebimento e o pagamento regular.	
Meta a Cumprir	100% das entregas acompanhadas de documentação completa e correta.	
Instrumento de Medição	Confronto entre ordem de fornecimento, nota fiscal, quantitativos entregues e demais documentos exigidos.	
Forma de Acompanhamento	Análise documental realizada pelo Fiscal no momento do recebimento do material.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Nota fiscal com erro sanável.	1,0 por ocorrência
	Documentação incompleta que impeça o recebimento.	1,0 por ocorrência
	Reincidência de erro documental no período	1,5 por ocorrência
Faixas de ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 04 - ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO		
Finalidade	Avaliar a capacidade do fornecedor em regularizar fornecimentos recusados ou não conformes, por meio de substituição dentro do prazo definido.	
Meta a Cumprir	100% das solicitações de substituição atendidas dentro do prazo.	
Instrumento de Medição	Prazo entre a comunicação formal da não conformidade e a efetiva substituição do material.	
Forma de Acompanhamento	Registro das ocorrências e acompanhamento pelo Fiscal, com verificação da data de regularização.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Substituição fora do prazo estabelecido	1,0 ponto por ocorrência
	Não atendimento à solicitação de substituição	2,0 ponto por ocorrência
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

DESCONTOS	
Pontos	Desconto

2,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
5,1 a 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
8,1 a 11,0	2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
11,1 a 14,0	3% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
14,1 a 16,0	4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
16,1 a 20,0	5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
20,1 a 25,0	7% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
25,1 a 30,0	10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2.	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
3.	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência.

6. **FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS**

6.1. O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

INDICADOR 1 - EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE FORNECIMENTO	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 2 - CONFORMIDADE DOS MATERIAIS ENTREGUES	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 3 - REGULARIDADE NA DOCUMENTAÇÃO FISCAL E DE ENTREGA	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 4 - ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
NOTA FINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	
PONTUAÇÃO FINAL	
Observações:	

7. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre a Contratante, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos/MS e a Contratada, a empresa [razão social]_____, CNPJ nº_____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, e é parte integrante do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, celebrado para a aquisição de materiais de consumo do exercício de 2026, a serem fornecidos sob demanda, conforme necessidade da Administração, observadas as condições, quantidades estimadas e especificações técnicas definidas no Termo de Referência e seus anexos.

7.2. Ademais, este instrumento tem por finalidade esclarecer e consolidar os compromissos firmados entre as partes, promovendo a atuação conjunta na prestação de serviços com qualidade e eficiência, em atendimento ao interesse público.

7.3. As assinaturas deste instrumento atestam que as partes procederam à sua revisão e que, quanto às necessidades envolvidas, foram estabelecidos objetivos factíveis e passíveis de mensuração durante a execução dos serviços.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa contratada)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

(Assinatura do representante do órgão contratante)

Nome:

Cargo/Função:

JORGE YABUSAME
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Engenheiro(a)**, em 16/04/2026, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57146466** e o código CRC **DC3EEC20**.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Ata de Registro de Preços 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	02/06/2026 16:07 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	12/2026	Processo: 11597.000111/2026-17

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Superintendência Regional de Administração em Mato Grosso do Sul

Processo Administrativo nº 11597.000111/2026-17

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em Mato Grosso do Sul (SRA/MS) com sede na Rua Pimenta Bueno, nº 139, Bairro Amambaí, na cidade de Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ sob o nº 00.489.829/0103-80, neste ato representado pelo Superintendente Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Mato Grosso do Sul, Sr. MAURICIO BENICIO DOS SANTOS, nomeado pela Portaria nº DGP/SSC/MGI nº 8.341, de 02 de agosto de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1370012, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 11597.000111/2026-17, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de consumo do exercício de 2026, a serem fornecidos sob demanda, conforme necessidade da Administração, observadas as condições, quantidades estimadas e especificações técnicas definidas no Termo de Referência e seus anexos especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo 1 do Edital de Licitação n.º 90001/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço:			
Contato (Fixo/Celular): (DDD)			
e-mail:			
Representante:			

GRUPO 1 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SRA/MS Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
1	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	50	0		12 Meses
2	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem m 250g	260	0		12 Meses

GRUPO 2 - COPA E COZINHA - SRA/MS Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
3	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	6	0		12 Meses
4	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 40 x 30 cm.	Unidade	5	0		12 Meses
5	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	24	0		12 Meses
6	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5	0		12 Meses
7	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	40	0		12 Meses
8	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	0		12 Meses
	Garrafão para água mineral, confeccionado em					

9	plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	50	0		12 Meses
10	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30	0		12 Meses
11	Peneira de cozinha para chá, diâmetro aproximado de 12 cm.	Unidade	5	0		12 Meses
12	Porta-copo em PVC emborrachado, cor preta, diâmetro total aproximado de 120 mm e base de 90 mm.	Unidade	100	0		12 Meses
13	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	6	0		12 Meses
14	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	6	0		12 Meses
15	Garfo de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável.	Unidade	30	0		12 Meses
16	Faca de mesa, cabo plástico preto e lâmina em aço inoxidável	Unidade	30	0		12 Meses
17	Toalha de mesa plástica, 1,40 x 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	12	0		12 Meses
18	Toalha de mesa em tecido Oxford, dimensões aproximadas de 1,10 m x 2,10 m.	Unidade	6	0		12 Meses

GRUPO 3 - MATERIAIS DE LIMPEZA - SRA/MS

Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
19	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	20	0		12 Meses
20	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	200	0		12 Meses
21	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	40	0		12 Meses
22	Esponja de lã de aço para limpeza doméstica, abrasividade mínima.	Pacote Com 8	20	0		12 Meses
23	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 x 30 cm.	Unidade	30	0		12 Meses
24	Hipoclorito de sódio em comprimido efervescente, concentração de 31,75%.	Unidade	50	0		12 Meses
25	Produto limpa-pedra para limpeza de superfícies.	Galão 5 litros	5	0		12 Meses
26	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade aproximada de 50 L.	Unidade	5	0		12 Meses
27	Passadeira antiderrapante emborrachada, comprimento aproximado de 2,30 m.	Unidade	3	0		12 Meses
28	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura a	Unidade	3	0		12 Meses

29	Porta-sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	2	0		12 Meses
30	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	6	0		12 Meses
31	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	6	0		12 Meses
32	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Unidade	100	0		12 Meses
33	Vassoura de pelo sintético, cepa de 60 cm, com cabo de aproximadamente 1,50 m.	Unidade	6	0		12 Meses

GRUPO 4 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRA/MS

Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul

Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
34	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	20	0		12 Meses
35	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	10	0		12 Meses
36	Lâmpada led. Tensão nominal: bivolt v. Potência nominal: 18 w. Tipo base: e-27. Cor: branca. Aplicação: para uso em geral. Temperatura de cor: 600 k. Frequência nominal: 50/60 hz (para área interna).	Unidade	50	0		12 Meses
37	Lâmpada LED, base E27, potência de 30 W, bivolt, luz branca, temperatura de cor de 6.000 K, frequência de 50/60 Hz, para uso geral e área externa.	Unidade	30	0		12 Meses
38	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 24 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 30 x 30 cm.	Unidade	10	0		12 Meses
39	Painel plafon LED de embutir, formato quadrado, potência de 30 W, luz branca fria (6.500 K), corpo em alumínio, dimensões aproximadas de 40 x 40 cm.	Unidade	10	0		12 Meses
40	Refletor LED RGB, potência de 100 W, grau de proteção IP67, para uso externo, com controle remoto.	Unidade	10	0		12 Meses
41	Refletor LED branco, potência de 100 W, grau de proteção IP67, tipo holofote.	Unidade	10	0		12 Meses

GRUPO 5 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - CGU-R/MS

Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul

Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
42	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	40	0		12 Meses
43	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com	frasco 100 ml.	10	0		12 Meses

	bico dosador.					
44	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem m 250g	220	0		12 Meses
45	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 uni.	20	0		12 Meses

GRUPO 6 - COPA E COZINHA - CGU-R/MS Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
46	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	10	0		12 Meses
47	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	1	0		12 Meses
48	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiriço, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	10	0		12 Meses
49	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	30	0		12 Meses
50	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 un.	100	0		12 Meses
51	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	40	0		12 Meses
52	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5	0		12 Meses
53	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	5	0		12 Meses
54	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	5	0		12 Meses

55	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30	0		12 Meses
56	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	20	0		12 Meses

GRUPO 7 - MATERIAIS DE LIMPEZA - CGU-R/MS

Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul

Rua Pimenta Bueno, n° 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
57	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	100	0		12 Meses
58	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	5	0		12 Meses
59	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	5	0		12 Meses
60	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	30	0		12 Meses
61	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	100	0		12 Meses
62	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	12	0		12 Meses
63	Flanela em algodão 100%, cor amarela, dimensões aproximadas de 60 x 30 cm.	Unidade	30	0		12 Meses
64	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	5	0		12 Meses
65	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 x 50 cm.	Unidade	10	0		12 Meses
66	Passadeira antiderrapante emborrachada, largura a	Unidade	3	0		12 Meses
67	Inseticida aerossol à base de permetrina e imiprotrina, nas concentrações de 0,069% e 0,015%.	Frasco 300 ML	40	0		12 Meses
68	Porta-sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	2	0		12 Meses
69	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 100 L, cor preta.	Pacote 25 un.	100	0		12 Meses
70	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 30 L, cor preta.	Pacote 100 un.	100	0		12 Meses
71	Saco plástico para lixo, capacidade aproximada de 50 L, cor preta.	Pacote 100 um.	100	0		12 Meses
72	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	40	0		12 Meses

GRUPO 8 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - CGU-R/MS

Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul

Rua Pimenta Bueno, n° 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
73	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	5	0		12 Meses
74	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5	0		12 Meses
75	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5	0		12 Meses
76	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	5	0		12 Meses
77	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	5	0		12 Meses
78	Lâmpada LED tubular, base E27, potência de 12 W, bivolt, luz branca fria, para uso interno.	Unidade	10	0		12 Meses
79	Lâmpada LED compacta, base E27, potência de 12 W, bivolt, temperatura de cor de 6.400 K.	Unidade	10	0		12 Meses
80	Lâmpada LED de alta potência, base E27, potência de 50 W, bivolt, fluxo luminoso de aproximadamente 4.500 lm.	Unidade	10	0		12 Meses
81	Luminária pública LED, corpo em alumínio injetado de alta pressão, potência de 40 W, bivolt, luz branca fria.	Unidade	5	0		12 Meses

GRUPO 9 - MATERIAIS DIVERSOS - CGU-R/MS

Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul

Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
82	Chaveiro em PVC, formato quadrado, dimensões aproximadas de 3,5 x 4 cm, cores sortidas, com argola niquelada, para identificação de chaves.	Unidade	20	0		12 Meses
83	Descanso para pés, estrutura em madeira, dimensões aproximadas de 48 x 30 cm, com inclinação para frente e para trás.	Unidade	10	0		12 Meses

GRUPO 10 - COPA E COZINHA - SRTE/MS

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul

Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
84	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	15	0		12 Meses
85	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	10	0		12 Meses
	Caneca material alumínio, capacidade nominal de					

86	Caneca, material cerâmico, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3	0		12 Meses
87	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	100	0		12 Meses
88	Colher para preparo de alimentos, confeccionada integralmente em polietileno (corpo e cabo), material atóxico, inodoro e antiaderente, resistente ao uso contínuo, com comprimento aproximado de 60 (sessenta) centímetros, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3	0		12 Meses
89	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	60	0		12 Meses
90	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	500	0		12 Meses
91	Copo, confeccionado em vidro, capacidade nominal de 300 (trezentos) mililitros, formato cilíndrico, acabamento liso, incolor e transparente, próprio para contato com alimentos, indicado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	20	0		12 Meses
92	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	3	0		12 Meses
93	Faca de mesa, com lâmina confeccionada em aço inoxidável e cabo igualmente em aço inoxidável, corpo inteiriço, resistente à corrosão, acabamento adequado para uso alimentar, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	0		12 Meses
94	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	20	0		12 Meses

95	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	5	0		12 Meses
96	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	30	0		12 Meses
97	Porta-copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	20	0		12 Meses
98	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	4	0		12 Meses
99	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	4	0		12 Meses
100	Suporte dispensador para copos descartáveis de 200 ml, em plástico, com sistema poupa-copo, capacidade para até 100 copos, cor branca, dimensões aproximadas de 50 × 19 × 16 cm.	Unidade	20	0		12 Meses
101	Toalha de mesa plástica, 1,40 × 0,90 m, espessura 0,15 mm.	Unidade	3	0		12 Meses
102	Toalha de mesa em tecido Oxford, formato retangular, cor branca, dimensões aproximadas de 1,50 m × 4,0 m.	Unidade	3	0		12 Meses
103	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	24	0		12 Meses

GRUPO 11 - MATERIAIS DE LIMPEZA - SRTE/MS

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul

Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
104	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	10	0		12 Meses
105	Álcool etílico 70% (v/v), em gel, com emoliente.	Frasco 500 ml	100	0		12 Meses
106	Álcool etílico hidratado 70% (70° GL), glicerinado, líquido.	Frasco 1L	120	0		12 Meses
107	Balde em aço inoxidável, formato cilíndrico, com alça metálica, capacidade aproximada de 25 L.	Unidade	3	0		12 Meses
108	Balde plástico para uso geral, com alça metálica, capacidade aproximada de 20 L.	Unidade	3	0		12 Meses
109	Cesto de lixo em PVC, formato redondo, cor cinza, com tampa basculante, capacidade aproximada de 14 L, diâmetro aproximado de 24 cm.	Unidade	30	0		12 Meses
110	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	20	0		12 Meses
111	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	200	0		12 Meses
112	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 × 75 × 20 mm.	Pacote com 4	150	0		12 Meses
113	Flanela em algodão, cor amarela, dimensões aproximadas de 40 × 60 cm.	Unidade	24	0		12 Meses
114	Lixeira em polipropileno reforçado, capacidade	Unidade	20	0		12 Meses

114	aproximada de 50 L.					
115	Lixeira em plástico, capacidade aproximada de 100 L, com tampa e pedal, dotada de rodas e mecanismo interno em metal.	Unidade	2	0		12 Meses
116	Pano de limpeza para chão, em algodão 100%, cor branca, dimensões aproximadas de 70 x 50 cm.	Unidade	60	0		12 Meses
117	Pasta de alumínio para limpeza e polimento de utensílios de copa e cozinha.	Pote 500g	10	0		12 Meses
118	Porta-sabão, detergente e esponja, em plástico resistente.	Unidade	5	0		12 Meses
119	Rodo em alumínio, tamanho médio.	Unidade	3	0		12 Meses
120	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 10 cm.	Unidade	3	0		12 Meses
121	Sabão em barra glicerinado, neutro.	Barra 200g	150	0		12 Meses
122	Sabão em pó para limpeza geral, biodegradável.	Caixa 1 kg	50	0		12 Meses
123	Solução de limpeza multiuso, líquida, à base de álcool, com agentes umectantes e fragrância.	Frasco 500ml	50	0		12 Meses

GRUPO 12- MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - SRTE/MS

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul

Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
124	Adaptador de tomada tipo T, conversão de plugue tripolar para bipolar.	Unidade	100	0		12 Meses
125	Adaptador tipo T (benjamin), tripolar para bipolar, com três entradas 2P+T.	Unidade	30	0		12 Meses
126	Adaptador de tomada universal para padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	30	0		12 Meses
127	Adaptador de tomada do padrão antigo para o padrão brasileiro, 2P+T, 10 A, 127/220 V, em material termoplástico, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	30	0		12 Meses
128	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	50	0		12 Meses
129	Conector RJ45 macho, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	30	0		12 Meses
130	Conector RJ45 fêmea, categoria 6, para cabo de rede.	Unidade	30	0		12 Meses
131	Extensão elétrica flexível, comprimento aproximado de 10 m, com 3 tomadas fêmeas e plugue com aterramento, 10 A, 250 V, conforme ABNT NBR 14136.	Unidade	20	0		12 Meses
	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de					

132	potência máxima de 2.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	100	0		12 Meses
133	Plugue macho, 2P+T, 10 A, pinos cilíndricos, corpo em plástico, cor cinza, para extensão elétrica.	Unidade	30	0		12 Meses

GRUPO 13 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - SPU/MS

Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul
Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
134	Adoçante dietético, líquido, à base de sucralose, transparente, com bico dosador, validade mínima de 12 meses.	frasco 100 ml.	4	0		12 Meses
135	Adoçante dietético, líquido límpido e transparente, à base de sacarina sódica e ciclamato de sódio, com bico dosador.	frasco 100 ml.	4	0		12 Meses
136	Erva mate, solúvel instantâneo, componentes: 92% extrato aquoso, 1,7% cafeína e 14,4% rmf, consumo humano, cor, odor e sabor característicos (CHÁ)	embalagem m 250g	50	0		12 Meses
137	Chá, sabor flores e frutas, sachê com 2g.	Pacote 10 un.	100	0		12 Meses
138	Açúcar refinado branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega.	embalagem m 1kg	15	0		12 Meses

GRUPO 14 - COPA E COZINHA - SPU/MS

Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul

Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
139	Açucareiro em aço inoxidável, capacidade de 350 g, com tampa e colher em aço inoxidável	Unidade	4	0		12 Meses
140	Bandeja em aço inoxidável para servir refeições, com alça, dimensões aproximadas 47 x 27 cm.	Unidade	4	0		12 Meses
141	Caneca, material alumínio, capacidade nominal de 5 (cinco) litros, formato cilíndrico, diâmetro aproximado de 20 (vinte) centímetros, altura aproximada de 20 (vinte) centímetros, acabamento adequado para uso alimentício, resistente ao calor, destinada ao uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	0		12 Meses
142	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, próprio para contato com alimentos, reutilizável, com cabo para apoio e manuseio, capacidade nominal de até 20 (vinte) litros, indicado para preparo e coagem de café em atividades de copa e cozinha.	Unidade	10	0		12 Meses
143	Colher tipo café, confeccionada em aço inoxidável, corpo inteiriço, acabamento liso, resistente à corrosão, própria para contato com alimentos, indicada para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	12	0		12 Meses

144	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 unidades	20	0		12 Meses
145	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 50 (cinquenta) mililitros, indicado para consumo de café, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865.	Pacote 100 unidades	500	0		12 Meses
146	Escorredor de louça, confeccionado em aço inoxidável, resistente à corrosão, com compartimentos próprios para acomodação de pratos, talheres e copos, adequado para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	0		12 Meses
147	Fósforo comum, corpo confeccionado em madeira, tipo curto, acondicionado em pacote contendo 10 (dez) caixinhas, indicado para uso geral em atividades de copa e cozinha.	Pacote com 10	2	0		12 Meses
148	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1 (um) litro, confeccionada em plástico resistente, com sistema de acionamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	0		12 Meses
149	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,80 (um vírgula oitenta) litros, corpo externo confeccionado em plástico, formato cilíndrico, com ampola interna de vidro, fundo removível, tampa com alça para transporte e sistema de bombeamento por pressão, destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	8	0		12 Meses
150	Garrafão para água mineral, confeccionado em plástico transparente, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, próprio para acondicionamento de água mineral, vazio, retornável, em conformidade com as normas ABNT NBR 14222 e NBR 14328.	Unidade	6	0		12 Meses
151	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	2	0		12 Meses
152	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	6	0		12 Meses
153	Porta-copo em aço inoxidável, formato redondo.	Unidade	12	0		12 Meses
154	Pote alimentos, material: plástico, formato: redondo, capacidade: 2 l, transmitância: transparente	Unidade	2	0		12 Meses
155	Pote para alimentos em plástico, formato redondo, transparente, capacidade aproximada de 2 L.	Unidade	3	0		12 Meses
156	Xícara de café em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 80 ml.	Unidade	6	0		12 Meses
157	Xícara de chá em porcelana, cor branca, com pires, capacidade aproximada de 200 ml.	Unidade	6	0		12 Meses

GRUPO 15 - BANDEIRAS - SPU/MS

Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul
Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
158	Bandeira do Estado do Mato Grosso do Sul, em tergal, 160 × 112 cm, conforme projeto oficial, com ilhoses e brasão bordado.	Unidade	3	0		12 Meses
159	Bandeira nacional do Brasil, em náilon, 4 panos, dupla face, 256 × 180 cm.	Unidade	3	0		12 Meses
160	Bandeira do Município de Campo Grande – MS, em tergal, dimensões aproximadas de 128 × 90 cm, 2 panos, conforme projeto oficial, estampa digital dupla face, gramatura mínima de 170 g/m².	Unidade	3	0		12 Meses
161	Kit suporte para bandeiras, base em madeira revestida em laminado na cor mogno, com acabamento em canopla cromada, acompanhado de 3 mastros de 2,20 m, com encaixe para mastro de 28 mm, indicado para bandeiras de 0,90 × 1,28 m e 1,12 × 1,60 m, dimensões da base de 24 × 15 × 46 cm.	Unidade	1	0		12 Meses

GRUPO 16 - MATERIAIS DIVERSOS - SPU/MS

Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul
Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
162	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	4	0		12 Meses
163	Trena 50 metros	Unidade	2	0		12 Meses
164	Trena 5 metros	Unidade	2	0		12 Meses
165	Facção e bainha para mato 18 polegadas	Unidade	3	0		12 Meses
166	Capa de chuva amarelo com capuz em PVC	Unidade	8	0		12 Meses
167	Guarda-chuva de cabo longo	Unidade	8	0		12 Meses
168	Jogo de Ferramentas Titanium 5456 com 200 Peças e Maleta	Unidade	1	0		12 Meses

GRUPO 17 - COPA E COZINHA - PFN/MS

Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
169	Copo descartável, confeccionado em poliestireno, capacidade nominal de 200 (duzentos) mililitros, indicado para consumo de água, atóxico, cor branca, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865, com peso mínimo unitário de 2,20 g.	Caixa 2500 un.	15	0		12 Meses
170	Garrafa térmica, capacidade nominal de 1,1 (um vírgula um) litro, com ampola interna em vidro ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	2	0		12 Meses

171	Garrafa térmica, capacidade nominal de 2,5 (dois vírgula cinco) litros, com ampola interna em vidro ou aço inoxidável, corpo externo em material resistente (plástico ou aço inoxidável), destinada à conservação de líquidos quentes ou frios, própria para uso em atividades de copa e cozinha.	Unidade	4	0		12 Meses
172	Jarra de vidro com tampa, 1,5 L.	Unidade	2	0		12 Meses
173	Pano de prato branco, em algodão.	Unidade	12	0		12 Meses

GRUPO 18 - MATERIAIS DE LIMPEZA - PFN/MS

Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul

Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
174	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, para limpeza e alvejamento.	Frasco 5L	4	0		12 Meses
175	Desodorante aromatizante de ambiente, em aerossol, fragrância lavanda, biodegradável.	Frasco 360ml	10	0		12 Meses
176	Detergente líquido para limpeza em geral.	Frasco 500ml	50	0		12 Meses
177	Esponja de limpeza dupla face, em espuma e nylon, formato retangular, abrasividade mínima a média, dimensões mínimas de 110 x 75 x 20 mm.	Pacote com 4	10	0		12 Meses
178	Rodo para pia em material sintético, largura aproximada de 20 cm.	Unidade	4	0		12 Meses

GRUPO 19 - MATERIAIS DE HIDRÁULICA E ELÉTRICA - PFN/MS

Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul

Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
179	Assento sanitário em plástico, cor branca, almofadado.	Unidade	10	0		12 Meses
180	Conector RJ45 macho, categoria 5e, para cabo de rede.	Unidade	30	0		12 Meses
181	Filtro de linha, tensão de alimentação 110/220 V, potência máxima de 1.500 W, corrente máxima de 10 A, com 5 tomadas fêmeas 3 pinos com aterramento, dotado de chave liga/desliga, fusível e LED indicador.	Unidade	10	0		12 Meses
182	Kit completo de reparo para caixa acoplada universal de vaso sanitário.	Unidade	6	0		12 Meses
183	Lâmpada LED tubular T8, comprimento de 1.200 mm, potência de 18 W, bivolt, fluxo luminoso mínimo de 1.500 lm, temperatura de cor mínima de 6.000 K, fator de potência superior a 0,92.	Unidade	100	0		12 Meses

GRUPO 20 - CAFÉ (CAMPO GRANDE)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
184	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência Regional de Administração do	Embalagem 500g	300	0		12 Meses

	MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS					
185	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	Embalagem 500g	600	0		12 Meses
186	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 500g	1000	0		12 Meses
187	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	Embalagem 500g	350	0		12 Meses
188	Café, torrado, moído, pó, a vácuo. Requisitos: Cafés Tradicionais ou Extraforte, Marcas Referenciais: Café Caboclo, 3 Corações, pilão ou melhor qualidade. Validade mínima de 10 meses da data de entrega. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS	Embalagem 500g	150	0		12 Meses

GRUPO 21 - AÇÚCAR (CAMPO GRANDE)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
189	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	Embalagem 2 kg	100	0		12 Meses
190	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	Embalagem 2 kg	400	0		12 Meses

191	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	Embalagem 2 kg	600	0		12 Meses
192	Açúcar cristal branco, próprio para consumo humano. Validade mínima de 12 meses da data de entrega. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	Embalagem 2 kg	150	0		12 Meses

GRUPO 22 - ÁGUA (CAMPO GRANDE)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
193	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de MS - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	Garrafão 20 litros	200	0		12 Meses
194	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul - ABINS/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	Garrafão 20 litros	240	0		12 Meses
195	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber.	Garrafão 20 litros	2000	0		12 Meses

	Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	20 litros				
196	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	Garrafão 20 litros	250	0		12 Meses
197	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS	Garrafão 20 litros	400	0		12 Meses

GRUPO 23 - ÁGUA (DOURADOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
198	Água mineral natural, sem gás, própria para consumo humano, envasada em galão plástico retornável de 20 litros, destinada ao uso em bebedouros elétricos. O produto, o envase, o reenvase, a rotulagem, o transporte, o armazenamento e os vasilhames deverão atender integralmente à legislação vigente aplicável às águas minerais, especialmente o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as normas e portarias expedidas pelo órgão competente da área mineral, as resoluções da ANVISA e as normas técnicas da ABNT pertinentes, no que couber. Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	Garrafão 20 litros	400	0		12 Meses

GRUPO 24 - GÁS (CAMPO GRANDE)

GRUPO 24 - GÁS (CAMPO GRANDE)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
199	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	13 Kg	12	0		12 Meses
200	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul - CGU-R/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	13 Kg	15	0		12 Meses
201	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul - ABINS/MS Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS	13 Kg	3	0		12 Meses
202	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul - SRTE/MS Rua Treze de Maio, 3.214 - 79002-356 - Centro, Campo Grande - MS	13 Kg	20	0		12 Meses
203	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Mato Grosso do Sul - SPU/MS Rua Joaquim Murtinho, nº 65, CEP 79002-100 - 1º Andar, Centro, Campo Grande-MS	13 Kg	12	0		12 Meses
204	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul - PFN/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 - CEP 79037.902 - Jardim Veraneio, Campo Grande-MS	13 Kg	1	0		12 Meses

GRUPO 25 - GÁS (DOURADOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO GARANTIA VALIDADE
205	Gás liquefeito de petróleo (GLP) - engarrafado, botijão 13 Kg Gerência Regional do Trabalho em Dourados - GRTE/MS Rua Ponta Porã, 3.095 - CEP 79830-090 - Vila Planalto, Dourados/MS	13 Kg	5	0		12 Meses

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em Mato Grosso do Sul (SRA/MS).

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU-R/MS);
- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul (SRTE/MS);
- Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul (SPU/MS);
- Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul (PFN/MS);
- Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Mato Grosso do Sul (ABIN/MS);
- Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Dourados (GRTE/MS).

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Campo Grande, xx de xxxx de 2025.

MAURICIO BENICIO DOS SANTOS

Autoridade competente

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JORGE YABUSAME

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 16:07:51.